



**UEM – Universidade Estadual de Maringá**  
**CCH – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes**  
**PGE – Pós Graduação em Geografia**



**BICHOS BONS DE SE COMER, BICHOS BONS DE SE TER:  
APROPRIAÇÕES DA FAUNA NA AMÉRICA PORTUGUESA QUINHENTISTA**

Natalia Fernanda Ramos de Oliveira

Análise Ambiental

**Maringá**

**2016**

Natalia Fernanda Ramos de Oliveira

**BICHOS BONS DE SE COMER, BICHOS BONS DE SE TER:  
APROPRIAÇÕES DA FAUNA NA AMÉRICA PORTUGUESA QUINHENTISTA**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Eugenia Moreira da Costa Ferreira

**Maringá**

**2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR, Brasil)

O48b Oliveira, Natalia Fernanda Ramos de  
Bichos bons de se comer, bichos bons de se ter:  
apropriações da fauna na América portuguesa  
quincentista / Natalia Fernanda Ramos de Oliveira. -  
- Maringá, PR, 2016.  
80 f. : il. col. figs. tabs

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Eugenia Moreira da  
Costa Ferreira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,  
Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação  
em Geografia, 2016.

1. Naturalistas - América Portuguesa - Século 16.  
2. Fauna e flora - América Portuguesa - Século 16.  
3. Exploração ambiental - América Portuguesa -  
Século 16. I. Ferreira, Maria Eugenia Moreira da  
Costa, orient. II. Universidade Estadual de Maringá.  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.  
Departamento de Geografia. Programa de Pós-Graduação  
em Geografia. III. Título.

CDD 23.ed. 981.03

MRP-003565

“BICHOS BONS DE SE COMER, BICHOS BONS DE SE TER: APROPRIAÇÕES DA  
FAUNA NA AMÉRICA PORTUGUESA QUINHENTISTA”

Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha de pesquisa: Análise Ambiental

Aprovada em **21 de julho de 2016**.

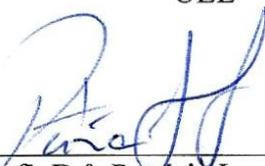
BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira  
Orientadora - UEM



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Fernandes Paula Shinobu  
Membro convidado  
UEL



Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Lessa dos Santos  
Membro convidado  
UEM

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha orientadora e amiga de causa, Prof.Dra. Maria Eugênia, pela parceria não só na pesquisa, mas em todos os momentos que necessitei profissional e pessoalmente, por estar sempre ao meu lado e pelas valiosas orientações e aconselhamentos ao longo da pesquisa, sem a qual não teria acontecido. Obrigada por me apoiar e trilhar junto comigo este caminho tão complexo e necessário que é o da pesquisa.

Agradeço à minha família e, em especial, à minha mãe que sempre foi minha melhor amiga e conselheira, sempre me acalmando nos momentos difíceis, apoiando nas decisões que me fariam crescer e, principalmente, sendo um grande exemplo de mulher guerreira e independente como todas nós devemos ser. Ao meu pai por todo amor, carinho e ensinamentos que vou carregar pelo resto da vida. Ao meu irmão pelo bom humor e dedicação pela família, me incentivando profissionalmente como educadora, e minha irmã pelos pensamentos positivos e boas gargalhadas nas reuniões de família.

E, claro, agradeço ao meu esposo e parceiro de vida, Eduardo, pela paciência e companheirismo em todos os momentos, lutando a mesma luta, passando por tudo com zelo e amor, por estar ao meu lado todas as vezes que precisei de ajuda, por desejar sempre o melhor para mim, e por ser tão divertido deixando minha vida cada dia mais feliz.

À coordenação e aos funcionários da pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá devo muitos agradecimentos, pois, sempre estiveram disponíveis para auxiliar com muita competência em tudo o que precisei.

À Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado toda a minha pesquisa.

Em suma esses diabólicos *Uetacá*, invencíveis nessa região, comedores de carne humana, como cães e lobos, e donos de uma linguagem que seus vizinhos não entendem, devem ser tidos entre os mais cruéis e terríveis que se encontram em toda a Índia Ocidental.

(...) todo o terreno se achava coberto de ovos de aves de diversas espécies, aliás, diferentes das nossas. E tão mansas, por nunca terem visto gente, que se deixavam pegar com a mão ou matar a pauladas; assim nossos homens puderam encher o escaler, trazendo para o navio grande quantidade delas e apesar de ser dia de Cinzas nossos marinheiros vencidos pelo apetite, agravado com o trabalho da noite precedente, não hesitaram em comê-las, embora fossem verdadeiros católicos romanos

Léry, 1578

OLIVEIRA, Natalia Fernanda Ramos. **Bichos bons de se comer, bichos bons de se ter**: apropriações da fauna na América Portuguesa Quinhentista. 2016. X f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

## RESUMO

As atuais condições da fauna e da flora nos países outrora colonizados pelos europeus são resultado, principalmente, da ação antrópica empreendida nos locais, de acordo com sua importância econômica ou ideológica. Como a distribuição de todos os seres vivos acontece no espaço através do tempo, fez-se um resgate histórico dos processos levados a cabo pelos colonizadores, principais responsáveis pela atual conjuntura da fauna e flora brasileiras, sem deixar de lado as sociedades que já residiam no Brasil antes da chegada dos primeiros europeus e que causaram impactos ambientais importantes. O século XVI foi um período de fundamentação para o Brasil e para a sua natureza; o ambiente não é considerado agente histórico no processo de formação de qualquer cultura, apesar de ser ele o mais explorado. Nesta pesquisa, a natureza foi colocada como personagem principal, atuando mesmo quando é dominada. E foi ainda no período das Grandes Navegações que algumas verdades até então incontestáveis passam a ser questionadas, principalmente a respeito do lugar do ser humano na natureza. Surgem novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem. A pesquisa expõe os pressupostos, articulados ou não, que fundamentaram as relações estabelecidas dos seres humanos com os animais no Brasil a partir da chegada dos europeus. Guiadas pelo questionamento de como se relacionaram os primeiros colonizadores e viajantes portugueses com os animais no primeiro século de colonização do Brasil e quais foram os animais mais usados para determinadas funções, realizamos a investigação baseada no contexto histórico dos séculos XVI e, eventualmente, XVII e como essas relações foram determinantes para a atual conjuntura em que se encontra a fauna brasileira. A pesquisa focou, especificamente, nas citações e referências feitas aos animais no Brasil em documentos do século XVI, como Gabriel Soares de Souza, Jean de Léry, André Thévet, Pero de Magalhães Gândavo, George Marcgrav entre outros. O objetivo geral da pesquisa é resgatar as obras escritas sobre o Brasil, pelos viajantes cronistas e exploradores europeus, no século XVI, com o intuito de se caracterizar as bases sobre as quais se assentaram as ideias relativas à natureza no mundo tropical, qual papel os animais desempenhavam no início da colonização e como essa visão quinhentista influenciou nas relações do homem com a natureza, especificamente com a fauna brasileira. Pergunta-se: como os animais foram definidos de acordo com sua utilidade e, principalmente, se tornaram alimentos em um período tão conturbado entre sobrevivência e trocas de culturas? Contextualizou-se a conjuntura filosófica do período para compreender as ações empreendidas pelos colonizadores e seus cronistas exploradores. Levou-se em consideração, ainda, os fatores que incentivaram os primeiros colonizadores a realizarem tal empreitada com uma natureza tão diversa e deslumbrante. Os fundamentos do que, a partir do século XVIII e XIX, seria assim denominado como utilitarismo, pode ser encontrado no relacionamento estabelecido a partir dessa tão procurada utilidade da natureza pelos colonizadores. Observa-se dos relatos que, desde o primeiro século de ocupação e povoamento, foram trazidos da Europa o gado bovino, como se depreende das

referências aos “currais de vacas”. E, embora o colonizador tenha experimentado da carne de muitos animais silvestres, dentre mamíferos e aves e eventualmente répteis e peixes, os animais nativos não foram efetivamente incorporados ao cardápio do colonizador ou ao cardápio europeu, exceto por alguns espécimes marinhos que serão aqui tratados.

**PALAVRAS-CHAVE:** naturalistas, fauna e flora brasileira, exploração ambiental, colonização brasileira.

OLIVEIRA, Natalia Fernanda Ramos. **Bichos bons de se comer, bichos bons de se ter**: apropriações da fauna na América Portuguesa Quinhentista. 2016. X f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016..

## ABSTRACT

The present conditions of fauna and flora in the countries once colonized by the Europeans are mainly the result of the anthropic action undertaken in the localities, according to their economic or ideological importance. As the distribution of all living beings takes place in space-time, a historical rescue was made of the processes carried out by the settlers, who are mainly responsible for the current situation of the Brazilian fauna and flora, without neglecting the societies that already resided in Brazil before the arrival of the first Europeans and which caused significant environmental impacts. The sixteenth century was a period of foundation for Brazil and its nature; the environment is not considered a historical agent in the process of forming any culture, although it is the most explored. In this research, nature was placed as the main character, acting even when dominated. And it was still in the period of the Great Navigations that certain truths hitherto unquestionable have come to be questioned, especially regarding the place of the human being in nature. New sensitivities arise in relation to animals, plants and the landscape. The research exposes the presuppositions, articulated or not, that based the established relations of the human beings with the animals in Brazil from the arrival of the Europeans. Guided by the questioning of how the first settlers and Portuguese travelers related to animals in the first century of colonization in Brazil and which were the most used animals for certain functions, we carried out the investigation based on the historical context of the XVI and, possibly, XVII centuries, and how these relations were decisive for the current situation in which the Brazilian fauna is found. The research focused specifically on the citations and references to animals in Brazil in sixteenth century narrative documents such as Gabriel de Souza, Jean de Léry, André Thévet, Pero de Magalhães Gândavo, George Marcgrave among others. The general objective of the research is to recover the written works about Brazil, by European chroniclers and explorers, in the 16th century, in order to characterize the foundations on which the ideas about nature in the tropical world were based, what role the animals played at the beginning of colonization and how this sixteenth-century vision influenced man's relationship with nature, specifically with Brazilian fauna. Was it questioned how animals were defined according to their utility and, in particular, became food in such a troubled period between survival and exchange cultures? The philosophical conjuncture of the period was contextualized to understand the actions undertaken by the colonizers and their exploratory chroniclers. It took into account also the factors that encouraged the first settlers to carry out such an undertaking with such a diverse nature. The foundations of what, from the eighteenth and nineteenth centuries, might be called utilitarianism, can be found in the relationship established from this much sought after utility of nature by the colonizers. From the first century of occupation and settlement, bovine cattle were brought from Europe, as can be seen from the references to "cow pens". And

although the colonizer has experienced from the flesh of many wild animals, among mammals and birds and eventually reptiles and fish, native animals were not effectively incorporated into the colonizer's menu or the European menu except for some marine specimens that will be treated here.

**KEYWORDS:** naturalists, Brazilian fauna and flora, environmental exploitation, Brazilian colonization.

## SUMÁRIO

1	Introdução .....	11
1.1	Fundamentação Teórica .....	15
1.2	Metodologia .....	24
2	Animais, entre a ciência e a natureza .....	30
2.1	A Europa e os europeus no além-mar do século XVI .....	34
3	Do pau-Brasil ao bicho-preguiça: as riquezas sem valor do Brasil Quinhentista	38
3.1	Utilidades dos animais nos relatos de viagens no século XVI .....	52
4	Entre a sobrevivência e o paladar europeu, os animais .....	56
4.1	É de comer ou é da família? A domesticação, alimentação e os animais de estimação .....	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	69
6	Bibliografia .....	71
6.1	Fontes documentais .....	71
6.2	Referências bibliográficas .....	73

## 1 INTRODUÇÃO

Seguindo o pensamento de que ninguém está isolado do seu tempo e mira o passado com as perguntas do presente, o questionamento desta pesquisa surgiu a partir de problemáticas recentes na sociedade como um todo e tem sido discutida por muitos pensadores e pensadoras. O interesse pelo ambiente natural e as preocupações com a relação entre o ser humano e as outras espécies costumam ser vistos como fenômenos contemporâneos. A própria atitude das pessoas com a natureza de fato vem se transformando ao longo dos séculos, mas o questionamento dessa postura é justamente o que pode ser considerado mais atual.

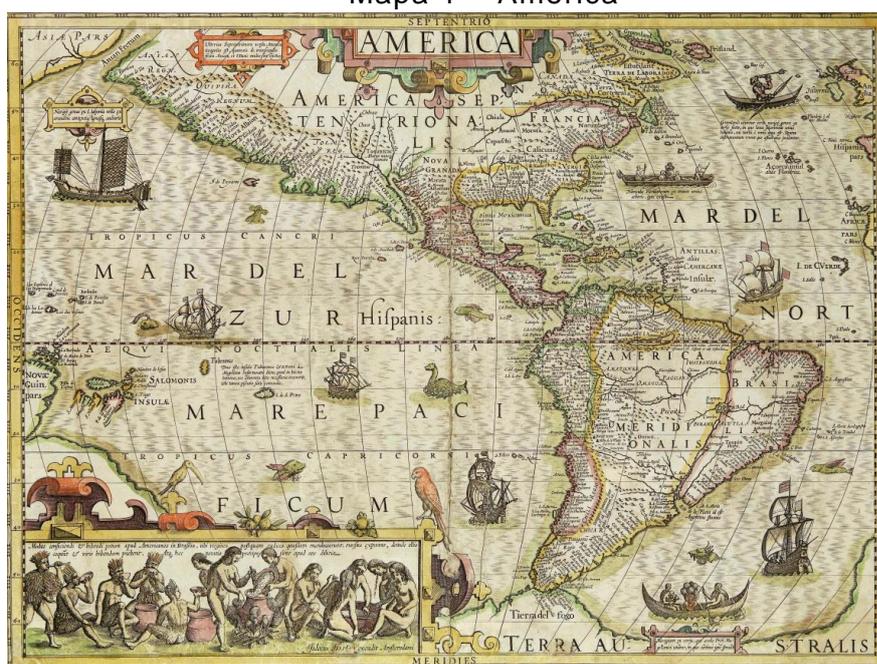
As atuais condições da fauna e da flora nos países outrora colonizados pelos europeus são resultado, principalmente, da ação antrópica empreendida nos locais, de acordo com sua importância econômica ou ideológica. Já que a distribuição de todos os seres vivos acontece no espaço através do tempo, é necessário realizar um resgate histórico dos processos levados a cabo pelos colonizadores, principais responsáveis pela atual conjuntura da fauna e flora brasileiras, sem deixar de lado as sociedades que já residiam no Brasil antes mesmo da chegada dos primeiros europeus e que também causaram impactos ambientais importantes. De acordo com Keith Thomas (1983), foi entre 1500 e 1800 que as transformações mais importantes ocorreram na forma como homens e mulheres, de todas as classes sociais, percebiam e classificavam o mundo natural ao seu redor. Algumas verdades até então incontestáveis passam a ser questionadas, principalmente a respeito do lugar do ser humano na natureza. Surgem novas sensibilidades em relação aos animais, às plantas e à paisagem: “O relacionamento do homem com outras espécies foi redefinido; e o seu direito a explorar essas espécies em benefício próprio se viu fortemente contestado.” (THOMAS, 2010, p.19).

De fato, a obra de Thomas foi talvez a mais importante para a história ambiental e pioneira no questionamento de paradigmas tão fortemente enraizados a respeito do tratamento ao ambiente. Contudo, ele aborda quase exclusivamente essa questão na Europa, e deixa a discussão em aberto para as outras regiões do globo. Desta forma, essa pesquisa visou expor os pressupostos, articulados ou não, que fundamentaram as relações estabelecidas dos seres humanos com os animais, especificamente no Brasil a partir da chegada dos europeus.

Guiadas pelo questionamento de como se relacionaram os primeiros colonizadores e viajantes portugueses com os animais no primeiro século de colonização do Brasil e quais foram os animais mais usados para determinadas funções, realizamos a pesquisa baseada no contexto histórico dos séculos XVI e XVII e como essas relações foram determinantes para a atual conjuntura em que se encontra a fauna brasileira. Contudo, a pesquisa focou, especificamente, nas citações e referências feitas aos animais no Brasil em documentos do século XVI.

A partir da perspectiva teórico metodológica de Warren Dean (2007) sobre o imperialismo ecológico, investigamos como as relações entre os seres humanos dos primórdios da colonização brasileira se estabeleceu, baseados no pensamento e experiência dos europeus de então, embasados na corrente de pensamento em que estavam inseridos e ao mesmo tempo em que esse pensamento se transforma a partir das Grandes Navegações e suas recentes descobertas. O período pesquisado se inicia com a chegada das primeiras embarcações em terras brasileiras até o final do século XVI, e eventualmente traçando-se comparações com a visão dos animais nos séculos seguintes, evidenciando que a história dessa relação humano/animal é um *continuum*. Assim, foi possível traçar um panorama dessa vivência humano-animal em meio a tantos acontecimentos que permearam a intrincada colonização brasileira, e como acabou sendo figurada em tantas obras e ilustrações, a exemplo do mapa 1:

Mapa 1 – America



Fonte: Gerardus Mercator, 1606 – escala original 1:ca.42815170,9.

A Geografia tradicional abordava a natureza tanto como uma fonte de recursos de sobrevivência dos agrupamentos humanos bem como de recursos econômicos, de interesse comercial, como se vê nas obras de La Blache, Lebon e Demangeon, na Geografia humana, Hartshorne e Monbeig, na Geografia Regional e Sauer, na Geografia cultural. Com a emergência das questões ambientais, os geógrafos e geógrafas passaram a valorizar a manutenção de ambientes naturais livres de qualquer forma de apropriação dos elementos vivos. Essa visão, porém, não envolve necessariamente os aspectos éticos nas relações das pessoas com os animais.

Efetivamente, o ambiente sempre foi colocado como pano de fundo em praticamente todas as narrativas humanas e estudos que se tem levado a cabo ao longo da história. O geógrafo Diogo de Carvalho Cabral (2015) provoca uma nova reflexão a respeito do papel que a natureza tem exercido desde o início dos tempos, sem que possa ao mesmo tempo parecer determinista. Ele afirma que os *seres não humanos*<sup>1</sup> ao lado do quais se convive, cotidianamente, não são meros objetos. Estes são também sujeitos ou personagens, ou seja, devem ser considerados como plenos agentes históricos de fato.

Na América portuguesa, principalmente, a construção da sociedade se deu a partir de conflitos ou congruências com a floresta (CABRAL, 2015). Contudo, as reflexões sugeridas por grande parte dos autores que estudam o período em questão no Brasil, se debruçam quase exclusivamente sobre a flora. O agente histórico das principais obras de Dean e mesmo de Cabral é a Mata Atlântica, mais especificamente.

Ao analisar a chamada “história natural” e os documentos deixados a respeito do início da colonização brasileira, é preciso ter em conta as narrativas do fantástico e o imaginário medieval no Brasil quinhentista, muito fortes no pensamento do europeu, assunto tratado no primeiro capítulo desta pesquisa.

Através das discussões e debates existentes até então, e elucidando-se pelos documentos já citados, é possível reconstituir essas questões para encontrar os vestígios de um conflito ainda maior que foi do encontro ser humano – natureza. E, fundamentada nessas alterações, a pesquisa se concentra no debate a respeito dos animais, para que exista enfim uma nova perspectiva envolvendo de fato esses

---

<sup>1</sup> De acordo com Cabral (2015), são os agentes e processos que não criamos.

seres e suas relações com os humanos, especificamente no Brasil do século XVI.

E a partir dos relatos feitos pelos primeiros viajantes, cronistas e exploradores, é possível entender que os europeus consumiam ou se apropriavam de alguma maneira, de uma enorme quantidade de espécies da fauna e flora brasileiras. Esse pensamento definiu a forma de apropriação da maior parte do Brasil holandês, já no século XVII, estabelecendo as utilidades principais de cada espécime, para medicina ou para alimentação e vestuário, e moldou a mentalidade dos colonizadores no modo como percebiam a natureza desde então.

Por fim, no contexto de conquista e dominação das terras além-mar, e dos próprios ambientes, a maior parte das pessoas nos séculos XVI ao XVIII acreditavam que tudo o que habitasse o planeta foi criado por Deus e, que tais criações, tinham como único propósito de existência, servirem para instrução e uso das pessoas. De fato, a exploração só passou a ser absoluta a partir do momento em que essa natureza passou a ser compreendida pelo ser humano, revelando as possibilidades do mundo natural para o ser humano.

## 1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A princípio, é necessário levar em consideração as diferentes categorias da documentação colonial brasileira existente para essa pesquisa. De fato, apenas mais recentemente os pensadores passaram a considerar as distintas visões sobre a alteridade da natureza tropical por parte de portugueses e estrangeiros, viajantes e missionários, no primeiro século da colonização (DAHER, 2015). A ideia de uma suposta divisão nos textos quinhentistas sobre o Brasil de oposição entre, de um lado, portugueses que depreciavam o “selvagem” brasileiro como os indígenas, plantas e animais; e, de outro, viajantes que enalteciam o mesmo, como os franceses, é muito simplista. É preciso conceber a diversidade de correntes de pensamentos e políticas que influenciaram cada colonizador, viajante, missionário ou qualquer outro que tenha deixado registro sobre sua passagem na colônia.

Com efeito, da segunda metade do século XVI até as primeiras décadas do século seguinte foram impressos mais livros em língua francesa contendo informações sobre o Brasil do que em língua portuguesa. Isto é, existem mais obras conhecidas como “literatura de viagens”, ou de caráter mais genérico, a respeito da natureza brasileira e da colonização em si em francês do que em outras línguas. Esse fator é fundamental para compreender como se deu a exploração por parte daqueles que realmente detinham o domínio do território. De fato, Jean de Léry e André Thévet, que chegaram ao Brasil objetivamente por motivos religiosos, mas em um contexto de colonização das terras brasileiras e domínio sobre o território, deixaram um legado bastante rico de relatos sobre o Brasil, sua população nativa e não nativa e sobre a natureza tropical.

A própria discussão a respeito da relação entre seres humanos e seres não humanos, na verdade, não é tão recente quanto se pensa. Há registros inclusive de alguns ambientalistas já no século XVIII, que deixaram documentos a respeito do debate sobre o modo que a natureza era tratada e as possíveis consequências disso para a sociedade (PÁDUA, 2004). Porém, no século XVI, objeto deste estudo, a questão ambientalista ainda não se colocava como conhecemos atualmente. Pelo menos, os cronistas e exploradores da época não pareciam preocupados com o equilíbrio da natureza, mas sim com a natureza como recurso alimentar, como matéria prima para o comércio de produtos manufaturados, entre outros usos.

Outro pensador importante que tratou do assunto foi Clarence Glacken (1967), em sua obra monumental sobre a história das concepções intelectuais sobre a natureza no mundo ocidental, da Antiguidade clássica ao século XVIII, na qual constatou que praticamente todos os pensadores e pensadoras foram obrigados a enfrentar a questão, a partir de três perguntas fundamentais: 1º A natureza, tal qual ela se apresenta no planeta, é dotada de sentido e propósito? 2º Essa natureza possui uma influência sobre a vida humana? 3º A realidade original da Terra foi mesmo alterada pelas ações antrópicas? Os resultados da investigação de Glacken deixam claro que as duas primeiras perguntas dominaram amplamente a reflexão filosófica e científica até o século XVIII, eventualmente levantando uma questão que consideramos teleológica, sobre o sentido da criação e especificamente da natureza, interpondo fins ou objetivos últimos guiando a todos, tendo como objetivo fundamental a realização plena do espírito humano; portanto, uma visão na ótica do humano e não da natureza. Tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário. Ou seja, a questão da capacidade humana para modificar o mundo natural é essencialmente moderna.

Outro teórico que fundamentará a pesquisa é o geógrafo Carl Sauer, considerado um dos principais nomes da história do pensamento geográfico, e um dos precursores da chamada Geografia Cultural, além de ser um dos principais nomes da “Escola de Berkeley”. Sauer foi muito influenciado pela escola francesa de Vidal de La Blache e, ainda, por geógrafos alemães do período. Essas influências “franco-germânicas” lhe serviram como referências para a sua tese que posteriormente seria concebida como história cultural baseada no ambiente – uma abordagem com paralelos a diversas correntes da história ambiental contemporânea (HOLZER, 2000; MATHEWSON; SEEMANN, 2008).

O principal mérito dos trabalhos de Sauer (1969; 1998) é trazer novas premissas para a Geografia Cultural que, junto com outros pensadores, concebia a ideia de diferenciação das paisagens. Sauer valoriza as relações entre o ser humano e o ambiente, concebendo a paisagem como um habitat e rompendo com as opiniões que traziam esse conceito em uma perspectiva formal, funcional e genética. Opõe-se ao determinismo geográfico e biológico, mas enaltece o papel antrópico na modificação da face da Terra, na alteração das paisagens naturais, submetendo, assim, o destino dos animais não humanos aos ditames dos animais humanos.

Historiciza a ação do ser humano na domesticação das espécies animais que viriam a servir à alimentação, ao vestuário, ao transporte, à caça e à defesa do mesmo, segundo as diferentes culturas (SAUER, 1969).

A contribuição de Sauer é o estudo das relações entre o ser humano e o espaço a partir da comparação de diferentes expressões das paisagens. Ou seja, afirma que a importância da ação humana na produção e transformação da paisagem era muito mais significativa do que a influência do ambiente sobre o uso da terra (MATHEWSON; SEEMANN, 2008).

Os estudos da Escola de Berkeley não se restringiram ao ambiente e à agricultura, além disso, abordaram outras atividades primárias que causaram impactos ambientais importantes. O geógrafo David Harris (2001), por exemplo, não apenas descreve e explica a distribuição e as condições ecológicas das plantas, como analisa os impactos da ação humana sobre a fauna. Outro caso é o estudo zoo-geográfico de Charles Bennett (1976) no Panamá, que estuda o corredor terrestre estreito como um caminho para a difusão de plantas e animais, principalmente do Norte para o Sul. Portanto, a destruição das florestas para finalidades agrícolas, além de tudo, criou uma barreira para as migrações dos animais (MATHEWSON; SEEMANN, 2008).

Será utilizado, ainda, o conceito de topofilia de Yi-fu Tuan (1980) para que seja possível compreender as diferentes percepções da paisagem brasileira vivenciada pelos primeiros colonizadores europeus e, ainda, traçar uma comparação com a percepção de natureza dos indígenas. De acordo com Tuan (1980), a visão é um dos sentidos mais importantes para o ser humano, um animal predominantemente visual. E ver bem, em um mundo denso e complexo como é da floresta tropical, se torna ainda mais importante do que o olfato, por exemplo. Desta forma, é válido compreender a dificuldade dos europeus diante da Mata Atlântica para concebê-la de forma adequada, pois eles possuíam uma percepção totalmente acostumada a uma paisagem mais monótona, sem toda a densidade de espécies que aqui encontraram.

Mais um conceito fundamental de Tuan (1980) a ser usado durante o trabalho é o de *etnocentrismo*. Os seres humanos, comumente, tendem a perceber o mundo em que vivem como o centro de tudo, e isto é inevitável. Tão certo como foi – e ainda é – com os europeus, principalmente a partir da expansão ultramarina e o

conhecimento de povos totalmente diversos do que conheciam até então, eles se consideravam o centro da civilização.

Ademais, faltam referenciais teóricos que possam elucidar melhor a respeito da própria história da fauna brasileira. Por enquanto, não existe uma investigação detalhada da introdução, aclimatação e difusão das espécies de animais exóticas trazidas pelos europeus, assim como os drásticos efeitos que produziram nas paisagens e ao equilíbrio ecológico dos biomas brasileiros. Apesar da ausência de uma literatura específica a respeito desse tema, é possível usar como base a obra de Alfred Crosby (1993) para as zonas temperadas de domínio britânico, sobre as transformações ambientais e sociais provocadas pelo transporte da biota europeia às colônias inglesas.

Por isso, a pesquisa ainda irá elencar os principais aspectos de como os europeus, principalmente os portugueses, transformaram o Brasil em um lugar reconhecível para eles, através da colonização por plantas e animais trazidos ao longo do período colonial, e já dominados há muito tempo na Europa. Quer dizer, a própria domesticação de plantas e animais era um fator considerado civilizatório para os ibéricos, pois ao chegarem ao Novo Mundo se depararam com populações concebidas como primitivas justamente pelo fato de não domesticarem animais no sentido próprio do termo. Para os portugueses, foi um dos maiores estranhamentos o fato de que os indígenas possuíam animais de estimação, como parte da família, mas não criavam nenhum para alimento ou outra utilidade possível (VELDEN, 2014).

Dessa maneira, no século XVI, Cristóvão Colombo, Pero Vaz de Caminha, Américo Vespúcio, dentre outros, fizeram as primeiras descrições da fauna americana que foram divulgadas na Europa. Desde então, de forma cada vez mais sistemática e através dos mais diversos meios, a fauna neotropical<sup>2</sup> foi representada e interpretada das mais distintas maneiras por cientistas e viajantes, dentre os quais essa pesquisa dá destaque, principalmente, a Gabriel Soares de Souza, Gândavo, André Thévet, Jean de Léry, Hans Staden entre outros que serão citados ao longo do texto e que deixaram documentação relevante a respeito dos animais especificamente no século XVI e eventualmente até o século XVIII, quando as

---

<sup>2</sup> Por fauna neotropical, neste trabalho, considera-se o termo utilizado em biogeografia para fazer referência especificamente aos animais da região biogeográfica que compreende a América Central, incluindo a parte sul do México e da península da Baja California, o sul da Florida, todas as ilhas do Caribe e a América do Sul, exceto a Patagônia, que pertence a outra região biogeográfica (Antártico-australiana).

comparações com a realidade do século XVI forem pertinentes.

É fato que pelo menos até o século XVIII a maior parte da população ao redor do globo acreditava que o mundo natural havia sido criado por Deus para benefício e em razão dos seres humanos. A chamada “criação”, vista desse modo, só fazia sentido quando tinha alguma relação com as pessoas, quando possuía utilidade para elas. Muitos animais existiam para cumprir alguma função na sociedade como, por exemplo, alimentar no caso do porco, ou vestir como a lã da ovelha, dentre outros que, ainda, serviam apenas para o deleite humano, como os pássaros, ou como animal de companhia, caso do cachorro até os dias de hoje (KURY, 2014).

Os primeiros cronistas, os exploradores, naturalistas e viajantes em geral enviados para as colônias além-mar nos séculos XVI ao XVIII tinham a missão de inventariar todas as espécies possíveis e, além de tudo, descrever as mais diversas formas de apropriação dessa fauna de modo a serem utilizadas de alguma maneira. Tais usos podem ter levado à extinção ou quase extinção de centenas de espécies exploradas para os devidos fins definidos por esses exploradores.

Ao macular uma natureza que se pretende intocada pela mão humana, a história passa a ser inimiga do mito e conduz a uma indesejada reflexão sobre o cunho utilitarista que sempre marcou as relações do Ocidente com o universo natural. (PAPAVERO, 2001, p. 1032).

A conquista e a dominação do espaço físico e o conseqüente conhecimento da natureza, que permitiu a exploração e o cultivo dos recursos naturais, resultaram de uma vontade política e, principalmente, dos conhecimentos adquiridos com as expedições realizadas pelos cronistas, exploradores, viajantes ou naturalistas ao longo dos séculos XVI e XVII, que pretendiam desbravar os biomas brasileiros ainda desconhecidos. (DOMINGUES, 2009). Os naturalistas aparecem mais explicitamente a partir do século XVII, com o aprimoramento do conhecimento científico moderno, sendo eles os principais autores dos trabalhos na América tropical a partir do século XVIII, com o desenvolvimento dos estudos botânicos.

A natureza tropical do Novo Mundo despertou, ao longo de todo o período colonial, um interesse nos impérios colonizadores em conhecer a grande diversidade de espécies animais e vegetais, que foram descritas em relatos fantásticos e reproduzidas em gravuras e mapas. Porém, devido à novidade das descobertas, a maior parte dos europeus ainda se mostrava incrédula e, o recurso mais utilizado

para atestar a veracidade dos achados foi apresentá-los ao vivo para o público interessado. Deste modo, foram muitas as formas de enviar à Europa os espécimes coletados, vivos ou não, pois o objetivo principal era reproduzir o habitat natural dos mesmos para os olhares curiosos do período.

A principal missão desses viajantes, nos primeiros séculos de colonização do Brasil, era inventariar as espécies vivas até então nunca catalogadas, e que contribuíram para reformular as diversas teorias biogeográficas e evolutivas, além de demonstrar os padrões geográficos (regiões e sub-regiões) formados pelos espécimes encontrados. Essa tarefa foi empreendida de forma sistemática, principalmente, pelas expedições de ordem holandesa, no século XVII, e em geral não são devidamente reconhecidas, mas de fato são fundamentais para o estudo e compreensão da biogeografia de certos grupos de vertebrados e possibilita mostrar quanto a distribuição de certas espécies se alterou devido a ação antrópica, iniciada de forma predatória com a chegada dos europeus à América. (PAPAVERO, 2001)

A coleta das espécies e uma rápida descrição realizavam-se durante as viagens, mas a análise e a classificação dependiam de recursos disponíveis nos museus europeus, onde se encontravam os instrumentos e as bibliotecas especializadas. Desde o início do século XVI, os monarcas espanhóis demonstraram claro interesse em conhecer e controlar as possessões americanas, preservar os laços e manter a centralidade de Madri no vasto império, e promoveram numerosos estudos que possibilitaram um registro histórico e geográfico exemplar. Ao contrário da Espanha, os portugueses não demonstraram tal interesse em momento algum, e os cientistas ou naturalistas enviados para além-mar o fizeram com intenções diversas do estudo pelo puro conhecimento científico enfrentando numerosos impasses estruturais ao longo de suas expedições, mesmo longe dos museus naturais. (RAMINELLI, 2008).

Pratt, (1999) afirma que a literatura de viagem nos séculos XVIII e XIX pode ser classificada em duas categorias: aquelas dos viajantes, exploradores (anterior ao paradigma naturalista), de caráter narrativo das aventuras e sobrevivência nas viagens, e aquelas outras dos viajantes naturalistas, de caráter descritivo, com objetivos classificatórios e baseados nos pressupostos da História Natural, que apesar do interesse direcionado à exuberante natureza, não excluíram de seu trabalho o estudo do ser humano. No primeiro tipo de viajante, a perspectiva é

interativa e os nativos podem ser incluídos no mesmo universo institucional dos europeus. Nos outros, como literatura de viagem, refletem uma narrativa, de caráter cumulativo e organizacional, na qual a geografia é minuciosamente documentada e o "mundo humano naturalizado".

Portanto, no século XVI, os primeiros viajantes eram principalmente cronistas, faziam relatos mais ou menos livres e muitas vezes calcados no imaginário popular europeu, com passagens bem fantasiosas, ora enaltecendo a natureza ora mostrando receio dela, e muitas vezes apresentando os nativos como ameaçadores, embora nem sempre. Souza (1971) concebe uma obra mais exploratória, de reconhecimento da colônia, e menos elementos fantasiosos que, porém, não estão completamente ausentes. Ele se identifica mais como um explorador do território brasileiro que percorre ao longo do litoral, praticamente do extremo Norte ao extremo Sul do mesmo.

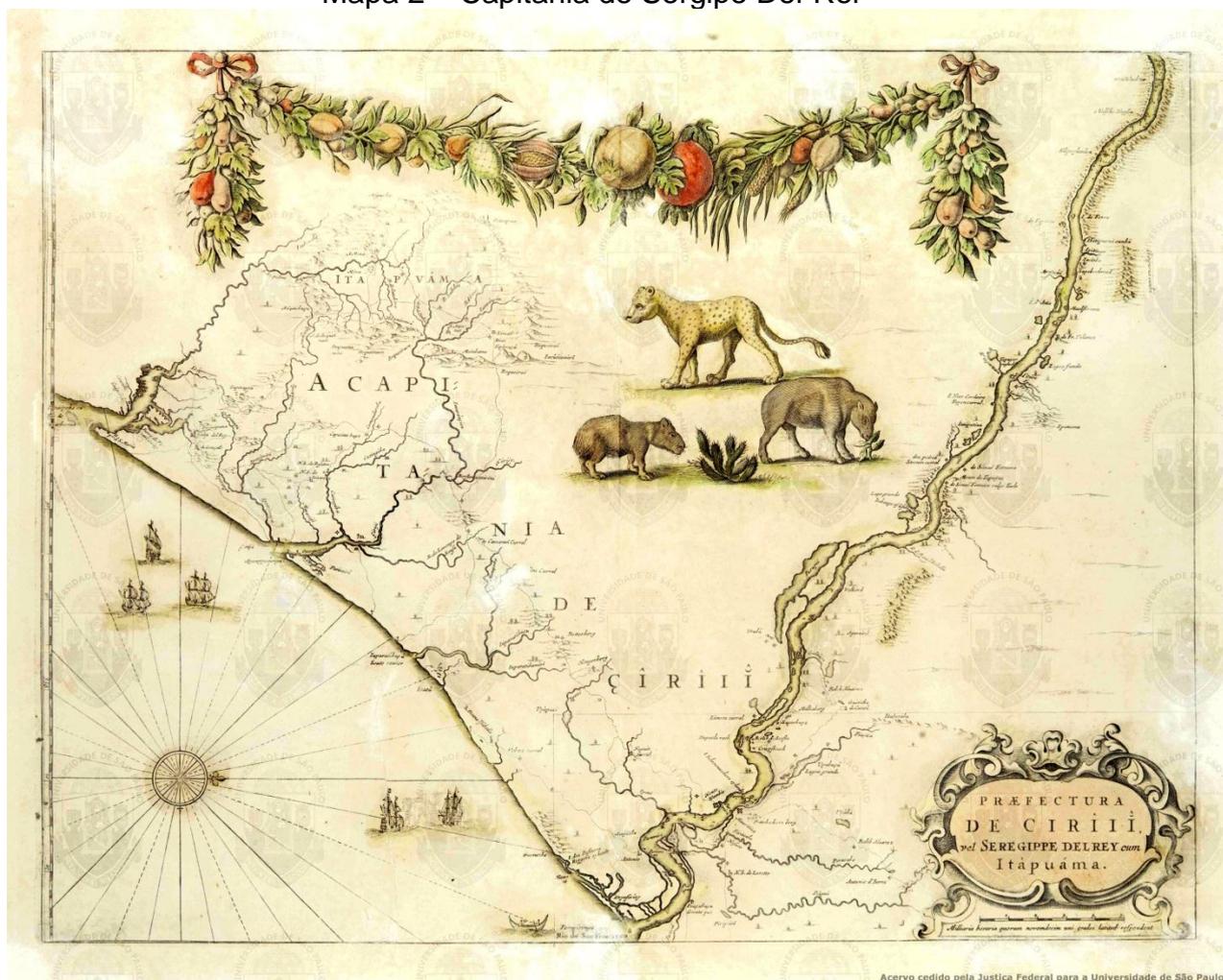
De fato, os naturalistas de formação e interesses científicas, vieram mais tarde, posteriormente ao século XVI. Não deveriam apenas coletar e estudar os espécimes aqui encontrados, como também fornecer conhecimento para manipular minerais, domesticar as plantas e os animais, da forma mais proveitosa possível. Eles atuavam, portanto, como economistas e etnógrafos, coletando as técnicas nativas de transformação da natureza.

Do mesmo modo o conhecimento do ambiente era utilizado como suporte da economia colonial. Os cientistas de então atuavam para descobrir como viabilizar o plantio de espécies tropicais nas frias terras europeias, acreditando na adaptação da natureza às necessidades mercantis. Precisavam compreender as plantas e os animais de forma a utilizá-los em uma biota totalmente diversa do seu habitat de origem, para poder fazer uso desses, mesmo em um ambiente hostil, desconsiderando a individualidade destas espécies.

Um dos primeiros e mais importantes a documentar a natureza brasileira de forma sistemática foi o geógrafo, astrônomo e naturalista George Marcgrave (1610 – 1644). Era patrocinado por Maurício de Nassau, e responsável por recolher exemplares sobre a fauna e flora brasileira, além de realizar observações astronômicas e meteorológicas. Marcgrave veio ao Brasil junto com Willem Piso (1611 – 1678) este, por sua vez, deveria estudar as doenças e remédios tropicais, as abordagens terapêuticas dos ameríndios e seus costumes.

No período em que esteve no Brasil, além das incumbências citadas, Marcgrave elaborou um importante mapa da região Nordeste. Foi publicado por Johannes Blaeu em Amsterdam em 1647, e fornece uma grande variedade de informações, não só sobre as dimensões geográficas, mas por meio das ilustrações dos pintores Frans Post e Albert Eckhout, também sobre fauna, flora, modos de produção e população. De fato, se tornou a representação cartográfica mais importante e exata do Nordeste brasileiro até o século XIX (TEIXEIRA, 2009).

Mapa 2 – Capitania de Sergipe Del-Rei



Carta “Praefectura de Ciriji vel Seregipe del Rey cum Itapuama” – Instituto de Estudos Brasileiros / USP (acervo depositado temporariamente pela Justiça Federal), São Paulo.

A carta indicada no Mapa 2 representa a capitania de Sergipe Del-Rei, embora o elemento de maior destaque seja o São Francisco. Ao longo do rio, estão localizados muitos topônimos neerlandeses, apesar da toponímia no restante do

mapa completo se encontrar em português. Isto pode ser explicado pela exploração do São Francisco feita pelos membros da Companhia das Índias Ocidentais em 1641, da qual Marcgrave participou (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2016).

Na parte iconográfica, o mapa possui uma bela representação da fauna e da flora típicas da região. No litoral, encontram-se algumas embarcações com bandeiras neerlandesas. Destaca-se também a rosa dos ventos, localizada no canto inferior direito. Essa rosa apresenta uma dupla orientação: a flor de lis apontada para direita, indicando o norte, e uma pequena cruz apontada para baixo, indicando o leste (possivelmente Jerusalém).

Esse mapa, completo, foi enviado à Companhia das Índias Ocidentais, informando os sucessos no além-mar para conseguir novos financiamentos. Ou seja, inclusive a cartografia do território a ser descrito visava principalmente mostrar os potenciais recursos naturais da colônia, não apenas detalhar o território.

Piso e Marcgrave, juntos, criaram a *Historia Naturalis Brasiliae* (1648), que se tornou a obra mais importante sobre o mundo natural do período, e a primeira a tratar do Novo Mundo de forma científica, sem fantasiar os espécimes encontrados. A partir desse trabalho, possibilitaram aos europeus adentrar no mundo até então desconhecido, e a natureza que era temida, passa a ser vista como riqueza a ser explorada.

## 1.2 METODOLOGIA

O objetivo geral da pesquisa é resgatar as obras escritas sobre o Brasil, pelos viajantes cronistas e exploradores europeus, no século XVI, com o intuito de se caracterizar as bases sobre as quais se assentaram as ideias relativas à natureza no mundo tropical, qual papel que os animais (e secundariamente os vegetais) desempenhavam no início da colonização e como essa visão quinhentista influenciou nas relações das pessoas com a natureza nas terras brasileiras.

Partindo da problemática que permeia a relação humano/natureza há tanto tempo, o foco mais amplo desta pesquisa é justamente na maneira como a natureza foi interpretada no século XVI e, eventualmente, no século XVII para, a partir dessa interpretação, ser manipulada de acordo com a vontade dos colonizadores. E assim foi com o Nordeste brasileiro e as demais regiões alcançadas no primeiro e segundo séculos de colonização.

Tal pesquisa se reveste de particular interesse devido à destruição em maior escala das paisagens naturais observadas na região Nordeste, processo sem experiência anterior mesmo se comparado ao quase extermínio das matas atlânticas meridionais. Por isso, a investigação se debruçou nas interpretações e representações dos animais no período determinado – século XVI – no Brasil, através dos documentos deixados por este mesmo período e que permite compreender as relações estabelecidas entre o colonizador e os animais.

Vale ressaltar que não foi somente a paisagem destruída, mas tudo o que fazia parte dela, pois nada é desconexo dentro do ambiente. Existiam centenas de espécies animais e vegetais no Nordeste brasileiro que, provavelmente, nunca ficaremos sabendo de sua existência por causa da ocupação empreendida na região, de forma desregrada a fim de obter uma monocultura de exportação. (PAPAVERO, 2001)

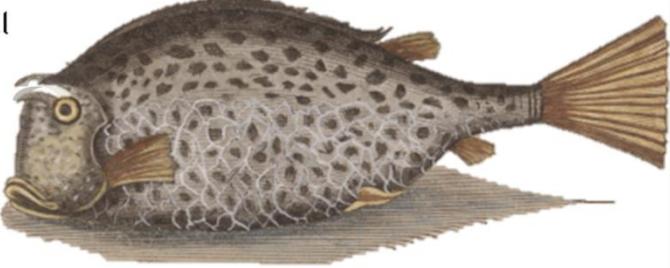
Ao contrário de outras partes do Brasil, a ocupação do Nordeste não foi acompanhada por estudos da fauna e flora local, pois a região não despertou o interesse dos naturalistas (ou de seus patrocinadores), mas somente dos agroexportadores. Dessa forma, o descaso e falta de conhecimento pela fauna e flora ainda desconhecidas levou ao descarte de informações valiosas sobre aquela região, e hoje não é possível saber exatamente como se encontrava a formação

original e distribuição das mais variadas espécies vivas no local.

A seguir estão elencados os principais cronistas, aventureiros, missionários e viajantes que percorreram sobre os animais no Brasil, de acordo com Papavero e Teixeira (2000b; 2009) após uma vasta e profunda pesquisa dos documentos existentes do período colonial brasileiro. Para este trabalho foram destacados apenas os autores selecionados nos Quadros 1 e 2 pois, como fica evidente, existem muitas fontes e registros deixados a respeito do período estudado e não seria possível tratar de todos em um único trabalho.

Quadro 1 – Lista de fontes primárias do Século XVI

<i>Século 16</i>	
<b>1500</b> Vicente Yáñez Pinzón	<b>1560</b> Joseph de Anchieta
<b>1500</b> Pero Vaz de Caminha	<b>1560</b> <i>Newe Zeytung</i>
<b>1500</b> Piloto anônimo	<b>1562</b> Francisco Vasquez
<b>1500</b> Amerigo Vespucci	<b>1565</b> <i>Newe Zeytung</i> (ed. italiana)
<b>1501</b> Carta de Domenico Pisani	<b>1573</b> Pero de Magalhães Gândavo
<b>1503</b> O ato notarial de Valentim Fernandes	<b>1585</b> Pe. Leonardo do Valle
<b>1503</b> Carta de Giovanni da Empoli	<b>1587</b> Gabriel Soares de Souza
<b>1504-1505</b> Capitão de Gonville	<b>1591</b> Anthony Knivet
<b>1511</b> <i>Lliuro da náoo Bertoa</i>	<b>1596</b> Pe. Gaspar Affonso
<b>1538</b> Diogo Nunes	<b>Fins do séc. 16</b> Pe. Francisco Soares
<b>1541-1542</b> Frei Gaspar de Carvajal	
<b>1550-1554</b> Hans Staden	
<b>1551</b> Pe. Affonso Braz	
<b>1555-1556</b> André Thevet	
<b>1557-1558</b> Jean de Léry	



Fonte: PAPAVERO, 2000 (adaptado pela autora).

Quadro 2 – Lista de fontes primárias do Século XVII

<i>Século 17</i>	
<b>1610</b>	Ruy Díaz de Guzmán ( <i>La Argentina</i> )
<b>1612</b>	Claude d'Abbeville
<b>1613-1614</b>	La Ravardière
<b>1613-1614</b>	Yves d'Évreux
<b>1614</b>	William Davies
<b>1616</b>	André Pereira
<b>1618</b>	Symão Estacio da Sylveira ( <i>Intento</i> )
<b>1618</b>	Ambrósio Fernandes Brandão
<b>1624</b>	Symão Estacio da Sylveira ( <i>Relação sumária</i> )
<b>1624</b>	<i>Reys-boeck</i>
<b>1625</b>	Fernão Cardim
<b>1625</b>	J. de Laet
<b>1627</b>	Aldenburgk (Bahia)
<b>1627</b>	Frei Vicente do Salvador
<b>1627</b>	Gaspar Barlaeus
<b>1628</b>	D. Luís de Céspedes Xeria
<b>1629-1640</b>	Cuthbert Pudsey
<b>1632</b>	John Day
<b>1633</b>	Johannes de Laet
<b>1634-1641</b>	Zacharias Wagener
<b>1636-1644</b>	Albert Eckhout
<b>1638-1642</b>	Georg Marcgrave
<b>1638-1642</b>	Willem Pies
<b>1639</b>	Pedro Teixeira
<b>1639</b>	Alonso de Rojas
<b>1639</b>	Montoya
<b>1640-1649</b>	Jan Nieuhof
<b>1641</b>	Christobal de Acuña
<b>1642-1645</b>	Caspar Schmalkalden
<b>1647-1651</b>	Frei Laureano de la Cruz
<b>1648</b>	Richard Fleckno
<b>1655</b>	Conde de Pagan (viagem de Pedro Teixeira)
<b>1656</b>	Pe. João de Sotto Mayor (Rio Pacajás)
<b>1662</b>	Maurício de Heriarte (viagem de Pedro Teixeira)
<b>1663</b>	Simão de Vasconcellos
<b>1679</b>	Sainte Colombe
<b>1669</b>	J. J. Becher
<b>1679</b>	Sainte Colombe
<b>1694-1698</b>	Pe. João Felipe Bettendorff
<b>1698</b>	Pierre Couplet de Tartreux (Paraíba)
<b>1699</b>	William Dampier
<b>Séc. 17</b>	Jacob Wilhelm Griebel
<b>Séc. 17</b>	Samuel Niedenthal

Fonte: PAPAVERO, 2000 (adaptado pela autora).

Com isso, por uma questão metodológica, vamos focar apenas nos agentes que deixaram registros fidedignos e consideramos primordiais para o entendimento faunístico do período estudado, elegendo os representantes característicos de cada cultura europeia mais marcante no país para possibilitar a compreensão destes diferentes olhares sobre os animais na colonização brasileira.

Por esse motivo, as informações coletadas pelos holandeses, franceses e até

mesmo os espanhóis no Brasil se tornam ainda mais importantes diante desse cenário documental. É nossa maior fonte de subsídios para compreender o meio ambiente recém-descoberto pelos europeus. Com os documentos produzidos nos dois primeiros séculos após a chegada dos europeus à América, é possível demonstrar a distribuição original de algumas espécies que mais tarde viriam a ser introduzidas em biotas diversas daquela de sua origem. Este trabalho, portanto, procura situar geograficamente os relatos e crônicas do século XVI, no que tange aos animais, segundo os biomas nos quais foram encontrados.

É importante destacar que a relativa estabilidade climática observada nos últimos dez mil anos não é fator decisivo de estabilidade para a fauna de cada biota, pois é evidente que a ação antrópica em vários locais do globo levou a uma profunda alteração no comportamento ambiental de cada bioma, e os animais já não encontram as mesmas condições naturais de alguns séculos atrás. Além disso, a estabilidade, mesmo, é contestada, pois existiram oscilações climáticas nesse intervalo de tempo.

Realmente, não só no Brasil como em outras áreas ocupadas de forma intensiva pelos humanos, houve uma acentuada perda das espécies animais de maior porte, algumas desaparecidas por completo (extintas) e principalmente em relação aos mamíferos. Algumas dessas espécies, devido ao descaso discutido anteriormente, jamais foram catalogadas e nunca teremos certeza de sua existência ou sequer suas características.

A partir dessa investigação, serão demonstradas as principais rotas de exploração da fauna no período em questão, no século XVI; investiga-se ainda a dieta dos europeus que colonizaram o território brasileiro, a partir da incorporação de animais e vegetais nativos como produtos alimentares; procura-se definir as espécies da fauna do Novo Mundo que, por sua vez, foram incorporadas à dieta na Europa; Por fim a partir dessas informações estabelecer como se deu a relação entre os colonizadores e os animais – nativos, exóticos, domésticos – no período colonial.

Pretende-se com esta pesquisa investigar a relação dos colonizadores com a fauna e a flora dos biomas tropicais sul-americanos sob o ponto de vista do conhecimento zoogeográfico e fitogeográfico e, principalmente, da relação de apropriação utilitarista com a natureza no primeiro século de colonização do Brasil.

Com relação às obras selecionadas para análise, no contexto desta pesquisa temos o seguinte: entre expedições, conversas e descobertas, muito se escreveu e registrou a respeito da natureza brasileira logo que os primeiros europeus adentraram no país, e levantaram-se muitos dados sobre a fauna brasileira por aventureiros, cronistas, missionários e viajantes em geral. Porém, devido à proibição da Coroa Portuguesa da divulgação de informações que estimulassem a cobiça de outras potências estrangeiras, apenas recentemente a maior parte dessas informações vieram a público. Ainda assim, a restrição a informações sobre coletas biológicas no Brasil continua impedindo o acesso a esses dados.

Grandes contribuições ao estudo de nossa fauna – como o “Tratado Descritivo do Brasil em 1587”, obra ímpar de Gabriel Soares de Souza, caso tivesse ilustrações, teria transformado o autor em um dos maiores naturalistas do Renascimento – só se tornaram conhecidas nos séculos XIX e XX. A única exceção foi o livro de Pero de Magalhães Gândavo, “História da província de Santa Cruz”, que chegou a ser impresso em 1576.

Apenas a contribuição de aventureiros ou invasores estrangeiros foi publicada, mostrando aos olhos europeus, ávidos pelas maravilhas do Novo Mundo descoberto, as primícias da fauna brasileira. Incluem-se nesse pequeno rol a obra do alemão Hans Staden em 1557 e as dos franceses Jean de Léry e André Thévet, que participaram da invasão do Rio de Janeiro com Villegaignon e Coligny, e pela sua origem foram então publicadas.

Deste modo, é fundamental trabalhar com essas obras do período de colonização do Brasil, como: *Viagem à Terra do Brasil*, de Jean de Léry (1941). A *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil* de Joan Nieuhof (1942), já do século XVII, também está de atrelada a esta fase inicial dos relatos e crônicas sobre o Brasil. Além destes, há uma investigação profunda sobre os relatos e tratados descritivos dos dois primeiros séculos de colonização do Brasil, a fim de se comprovar as informações necessárias para retratar e compreender como se deu a exploração da fauna brasileira, de que forma e para quê foi empreendida.

Além das obras já citadas, a *História da Alimentação no Brasil*, de Câmara Cascudo (2004), é outra referência importante para entender as adaptações e incorporações que os europeus vieram a fazer na troca de espécimes do mundo

natural. Além do resgate histórico dos textos originais dos autores, os fatos analisados foram analisados sob a ótica da Geografia Cultural de Sauer.

Com relação ao conhecimento biogeográfico, os relatos foram devidamente contextualizados segundo os biomas envolvidos, com destaque, no período quinhentista, para a exploração principalmente do bioma Mata Atlântica da floresta tropical e dos biomas acessórios dos manguezais e das planícies arenosas e de formações de praias, que são os mais comumente percorridos pelos cronistas e exploradores, nesse século.

Por fim, procurou-se discutir os diferentes paradigmas sobre a natureza, desde as visões utilitaristas, prevalentes no século XVI, em contraposição à visão mais atual, ambientalista, embora não menos predatória.

## 2 ANIMAIS, ENTRE A CIÊNCIA E A NATUREZA

Como bem lembrou Alcides Bezerra (1967), o Brasil contou com um geógrafo no dia de seu achamento por Portugal, pois, Pero Vaz de Caminha, através de sua famigerada carta ao rei D.Manoel, realizou uma das primeiras descrições da terra brasileira e o que nela encontrou. Na carta ele detalhou o quadro físico do local aportado, como a forma do litoral, solo, clima, vegetação, fauna; assim como o quadro humano, ou seja, os indígenas.

Assim se inicia o século XVI, com o achamento de um Novo Mundo e de novos horizontes para a ciência moderna que o acompanhava. Por isso é fundamental contextualizar o momento vivido pelos autores dos documentos tratados nesta pesquisa. Com o Renascimento e o advento do Humanismo nas ciências, cada personagem que viveu nesse conturbado período dos séculos XVI e XVII deixou tal corrente de pensamento registrada através dos documentos.

As principais mudanças ocorridas no pensamento científico, principalmente europeu, se referem a um conjunto de crenças medievais concernentes ao mundo natural que deram lugar à crítica textual humanista (DEBUS, 2002).

Segundo Papavero (2001), para compreender a biogeografia e as teorias de hereditariedade no século das grandes navegações, é preciso ter em conta que os autores renascentistas eram nitidamente influenciados por Platão e o pensamento neoplatonista.

Ao analisar o encontro e as relações entre o Velho e o Novo Mundo, fica evidente o surgimento de questionamentos de ambas as sociedades. Da parte do Velho Mundo, nasce a necessidade de uma nova metodologia que possa dar conta em explicar todas as novidades, tendo como base o que já conhecem, ou seja, através de comparações.

As concepções que estavam até então acostumados, não são mais válidas nem conseguem esclarecer este Novo Mundo. Apesar da insistência em preservar os conceitos clássicos, tal esforço não permitiria o avanço pelo novo território ou mesmo sua dominação. Foi preciso ampliar, modificar, e se adaptar ao novo espaço.

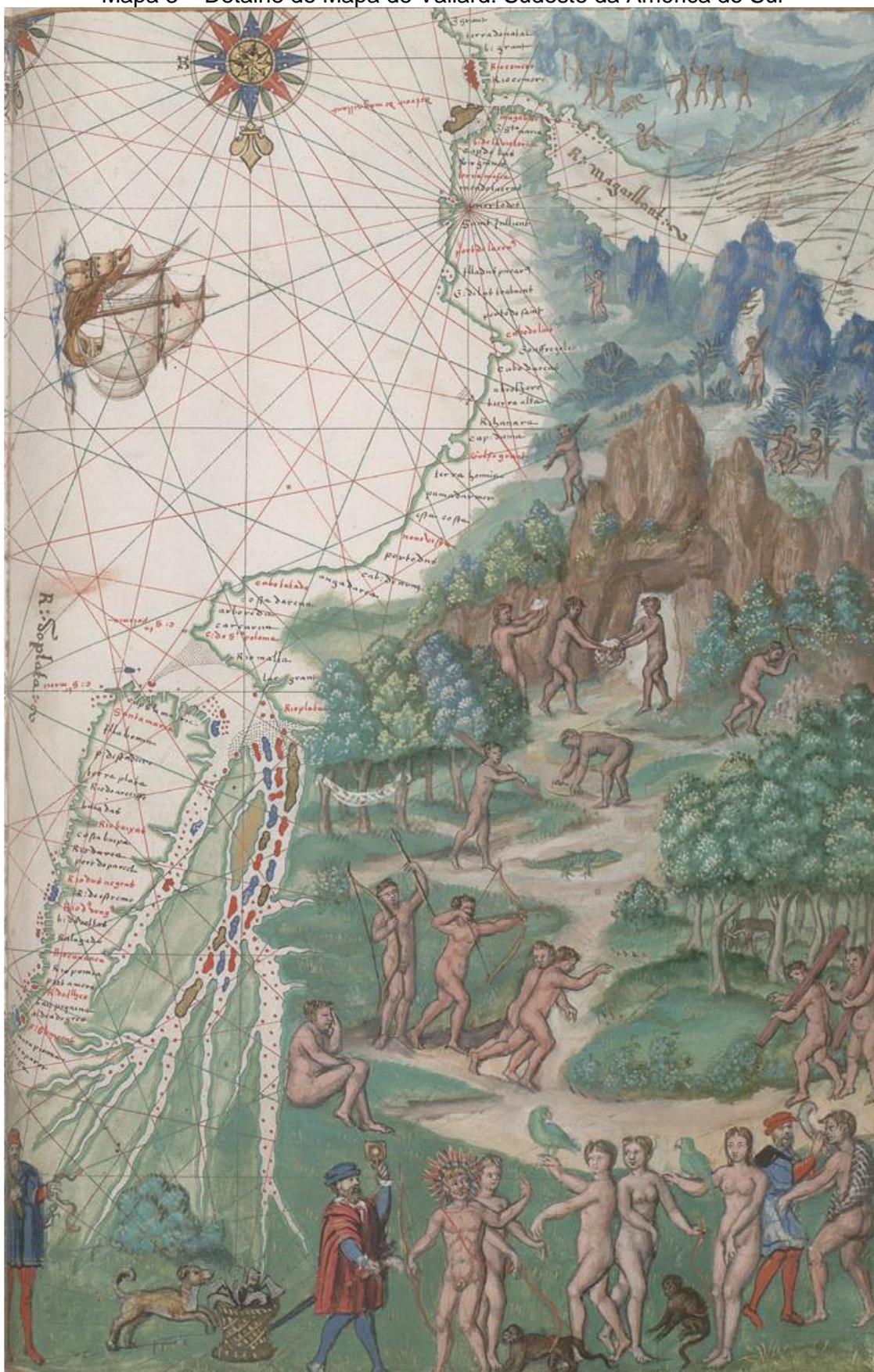
E, para conquistar, é preciso submeter: pessoas, plantas, animais e até mesmo ideias que possam atrapalhar esse processo. A partir do momento que decidem explorar as Américas, os europeus criam justificativas para tanto. Surgem

neste momento as teorias de que “os trópicos” são jovens e inacabados, portanto, inferiores. Fundamentavam tais ideias através de comparações entre os animais daqui e de lá, como o imenso leão e o pequeno puma, o elefante e a anta. Até mesmo os animais domésticos se degenerariam quando chegassem às Américas. Os únicos que prosperavam, aqui, seriam os répteis e insetos (KURY, 2014).

Para os primeiros a desembarcarem na costa brasileira, era isto apenas: o litoral, com matas sem fim, estranhas e solitárias. Os viajantes sonhavam com o que poderia haver interior adentro, no imaginário medieval de cidades ocultas feitas de ouro e prata, ou de doenças e mortes. Aos poucos, iam percebendo que, na verdade, havia somente o nada (PRIORE, 2016).

Como Souza (1971) bem descreveu os caminhos desbravados pela sua expedição, ressaltando sempre o imenso tamanho da colônia, “(...) e como o de minha pretensão é manifestar a grandeza, fertilidade e outras grandes partes que tem a Bahia de Lodo os Santos e os demais estados do Brasil” (p. 29), na próxima página, Vallard, ilustrou uma das tantas perspectivas vivenciadas pelos europeus:

Mapa 3 – Detalhe do Mapa de Vallard: Sudeste da América do Sul



Fonte: Nicolas Vallard, 1547. Acervo The Huntington Library, Berkeley.

A carta do escrivão Pero Vaz de Caminha com as primeiras notícias da terra de Vera Cruz, não faz qualquer referência a uma geografia fantástica; mantida em sigilo por longo tempo, somente no século XVIII foi publicada numa obra europeia, mesmo assim com censuras. No Brasil esperaria até 1817 para ser publicada através de Aires de Casal – igualmente censurada. A carta não menciona o ouro e a prata como o maior achado (SANTOS, 2005). Apenas descreve suas primeiras considerações a respeito da exuberância e algumas estranhezas aos seus olhos.

Nela, até agora, não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lho vimos. Porém a terra em si é de muito bons ares, assim frios e temperados como os de Entre Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (CAMINHA, 1999).

## 2.1 A EUROPA E OS EUROPEUS NO ALÉM-MAR DO SÉCULO XVI

Antes de começarmos a tratar das inúmeras representações da fauna no Brasil quinhentista é necessário explicar quem foram as pessoas que a retrataram, descreveram, inventariaram. Os principais autores conhecidos foram, como se sabe, europeus em sua maioria. Não há muitas informações ou documentos deixados por viajantes de outro continente fora da Europa que tenham registrado algo sobre a *terra brasilis* no período aqui estudado. Além disso, não há fontes escritas que tenham sido deixadas pelos próprios indígenas de então. Por isso, cabe destacar que focamos em compreender o pensamento contextualizado de cada autor utilizado nesta pesquisa e já mencionado anteriormente, e as peculiaridades de cada um.

Neste ponto, cabe ressaltar outro fator determinante para a pesquisa: as diferenças entre os europeus. Por europeu entendemos as pessoas naturais do continente europeu e seus modelos culturais. E o contexto político-cultural do século XVI manifesta conceitos de naturalidade e identidade desses sujeitos muito específicos. Dentro de cada reino ou até mesmo província na Europa as dinâmicas sociais e características culturais eram por demais peculiares (CUNHA, 2015).

Assim, a concepção de portugueses traz consigo uma ideia distinta do próprio lusitano, sendo preferível a utilização deste último. Portanto, dentro da própria Europa existem várias identidades de europeus.

Retomando um dos primeiros documentos registrados sobre o Brasil, apesar de tardiamente divulgado – só foi publicado e veio a conhecimento geral através de Aires de Casal em sua obra “Corografia Brasilica” em 1817 –, a Carta de Pero Vaz de Caminha foi fundamental em vários aspectos. Apesar disso, a missiva tratou mais da botânica do que qualquer quaisquer outros elementos aqui encontrados.

A Carta de Caminha menciona, direta ou indiretamente, plantas ou associações vegetais. São 118 menções à flora e, excluídas as repetições, são mencionados 45 termos referentes às plantas. Dois termos, "mata" e "arvoredo"(s), aplicam-se a fitofisionomias. Os termos "ervas compridas" e "botelho" referem-se provavelmente à algas (FILGUEIRAS; PEIXOTO, 2002). Quer dizer, não existem muitas referências relevantes aos animais neste documento em específico, já que procuravam por produtos evidentemente lucrativos ou mais úteis à coroa portuguesa. Por isso, não trataremos com maiores detalhes deste documento em

específico.

As primeiras evidências da construção do momento histórico do observador no Brasil tem seu legado pré-científico registrado pela permanência dos holandeses no Nordeste, no século XVII. São observações de caráter puramente científico ou físico, dentro de um entendimento moderno, no qual a relação estabelecida com a natureza, pelos holandeses, não é mais regida pela crença religiosa e preocupações morais (SANTOS, 2005).

*Historia Naturalis Brasiliae* é considerada, até hoje, como a mais importante contribuição à História Natural desde Aristóteles. Como exemplo da importância poderia lembrar aqui que em suas obras Piso e Marcgrav procedem à metodologia até hoje usada na catalogação de herbários. Para esses novos observadores, a natureza não trazia mensagens divinas para que os homens as interpretassem, não está localizada dessa ou daquela maneira pela providência divina (TEIXEIRA, 1995).

Com relação à ciência, os exploradores tornaram-se indispensáveis aos empreendimentos estatais da metrópole a partir de seus conhecimentos sobre as plantas e os animais para montar coleções e museus, e que ainda participavam das reformas para diversificar e aumentar a produtividade agrícola. O comércio em expansão e o próprio interesse das autoridades em manter coleções se tornou motivo suficiente para garantir um fluxo contínuo de espécimes coletados para seguirem à Europa (PAPAVERO, 1997).

Os viajantes que descreviam a natureza no período em questão se fundamentavam na herança aristotélica, e nas correntes de pensamento reinantes no século XVI. Ou seja, a racionalidade da natureza seria o ponto principal das discussões científicas até pelo menos o século XVIII (FOUCALT, 2007). Contudo, ao se deparar com o ambiente neotropical do Brasil, principalmente, tiveram muitas dificuldades em racionalizar essa nova natureza para o olhar ocidental.

Neste contexto, o desejo de compor a natureza e o mundo humano em um sistema coerente e ordenado era generalizado. As correntes de pensamento mais fortes do período, principalmente na Europa, prezavam por estabelecer relações e associações significantes dentre a enorme variedade de elementos existentes, tudo para que pudessem encontrar uma organização apropriada. Assim, deveriam sistematizar a natureza para que pudesse ser compreendida, o mesmo inclusive para a complexa natureza tropical, um trabalho ainda mais árduo. (TUAN, 1980)

Realmente, até meados do século XVII, fazer a história de uma planta ou animal era meramente descrever seus elementos morfológicos, órgãos, as semelhanças encontradas com outros já conhecidos, lendas baseadas nelas, medicamentos que possam ser feitos, alimento a ser tirado, enfim, tudo o que lhe possa ser útil ou esmiuçado.

Deste modo, é fundamental investigar e rever os documentos existentes relativos ao período que vai desde a chegada dos primeiros europeus até o século XVIII, quando começaram a mudar a mentalidade sobre a natureza da colônia na época pombalina. Se, no início da colonização portuguesa do Brasil, o interesse dos viajantes, missionários e cronistas era o reconhecimento da natureza pela própria sobrevivência, já no século XVIII, sob influência do pensamento ilustrado, tais descrições poderiam auxiliar a coroa para as possíveis potencialidades do território tropical para uma sistemática e organizada exploração (RAMINELLI, 2008).

Ao adentrar em biomas diversos, tomando contato com uma fauna e flora, não poucas vezes desconhecidos, os colonizadores europeus produziram uma série de crônicas, tratados, textos e cartas a respeito do mundo natural que os cercava naqueles novos domínios. Em um primeiro momento, tais homens coletaram diversos espécimes animais e vegetais com potencial mercantil, enviando-os para a Europa e outras colônias. Tais textos e espécimes auxiliaram, de maneira considerável, a forjar a base do conhecimento renascentista europeu acerca do mundo natural (DEBUS, 2002).

Em suas páginas, Gândavo (1963) deu ênfase especial às descrições das plantas e animais, onde afirmou que “há nestas partes muitos bichos mui ferros e peçonhentos, principalmente cobras de muitas castas e de nomes diversos [...]” (p.92). Gândavo atestou que a grande diversidade de animais, muito deles peçonhentos, representava um obstáculo considerável à fixação e permanência do europeu no Novo Mundo (SILVA FILHO, 2013).

No Tratado Descritivo do Brasil, Souza com certeza dedicou boa parte das suas descrições aos animais. É possível observar a constante preocupação com os animais existentes na América portuguesa, em especial aqueles com uso prático. Não são raros os excertos onde seus autores relataram o receio de serem atacados por algum bicho venenoso, o espanto causado na constatação da peçonha mortal de

algumas espécies, ou mesmo a admiração pelo tamanho considerável de algumas delas (SILVA FILHO, 2013).

A relação do governo português com o mundo natural das suas colônias sempre foi bastante conflitiva, delineando o terrível e o maravilhoso ao mesmo tempo diversas vezes. E, até o século XVIII, o projeto era de inserir a exploração das colônias nos pressupostos da ciência<sup>3</sup> experimental moderna – como pela história natural e classificação lineana – de modo a expor a maneira pela qual os portugueses se atêm à natureza.

---

<sup>3</sup> Neste trabalho, o conceito de "ciência" é usado pensando na concepção moderna de conhecimento científico – racional e experimental – que foi instituída no início da Idade Moderna, pelo processo conhecido como Revolução Científica, que teve seu centro em alguns países europeus como Itália, França e Inglaterra

### 3 DO PAU-BRASIL AO BICHO-PREGUIÇA: AS RIQUEZAS SEM VALOR DO BRASIL QUINHENTISTA

“Nos teus rios diamantinos, Nas tuas montanhas d'ouro  
Se ajunta o maior tesouro, Que o mundo pôde invejar!  
Nas tuas florestas virgens, Tens mil esquadras, mil pontes,  
E nas entranhas dos montes, Tudo para um mundo comprar!”.  
(PECKOLT, 1871: 9).

Logo após a chegada dos primeiros portugueses no Brasil, não houve nenhum tipo de colonização ou mesmo ocupação de forma efetiva no território então “descoberto”. Assim que as primeiras expedições aportaram, por mais fantasias que fossem criadas, a *terra brasilis* não parecia interessante e nem lucrativa. O ouro e a prata tão cobiçados não seriam encontrados tão cedo, muito menos em grande quantidade. E por cerca de 30 anos aquele imenso território foi deixado de lado pela Coroa portuguesa, e se tornou um grande terreno para extração de pau-brasil arrendada para a iniciativa privada.

Com o advento da ciência e formação de naturalistas, filósofos e juristas habilidosos, os interesses na nova colônia são reavaliados e, a partir de então, os militares não são mais tão importantes quanto se pensava. É necessário conhecer a nova terra, de imensidões nunca imaginadas, e os naturalistas são incumbidos de tal missão. Mas não é qualquer pessoa que se aventuraria no Novo Mundo apenas pela aventura em si, e é nesse momento entra o patrocínio régio que fomentou a produção de conhecimento sobre o mundo colonial no período (RAMINELLI, 2008).

Além da coleta e descrição, os viajantes procuravam por leis, ou seja, princípios que regem a natureza e pudessem ser padronizados de acordo com um sistema de classificação. O *Systema Naturae* de Lineu só seria criado no século XVIII e, até lá, utilizaram outros meios para identificar e nomear as plantas e animais ainda desconhecidos.

A descrição científica começa pela nomenclatura. O nome dado pelos nativos vem sempre em primeiro lugar. Em seguida, registra-se a denominação europeia, na maior parte das vezes em português ou holandês. Assim que a espécie fosse nomeada, era necessário identificá-la, por semelhança morfológica, com alguma espécie já conhecida entre os europeus. Esse procedimento permitia que se incorporasse a nova informação à estrutura europeia do conhecimento científico. Detectar as semelhanças entre os produtos da natureza reforçava também a ideia

de uma origem comum para todos os seres vivos – tradição presente no texto bíblico – e somente mais tarde tal teoria viria a ser refutada (PAPAVERO, 2001).

A descrição e classificação dos seres vivos do Novo Mundo pelos europeus, certamente foi influenciado pelo saber indígena. De certo modo, este saber foi reconhecido e incorporado pelos europeus. Os indígenas, invariavelmente, classificavam a fauna e flora onde habitavam de forma a compreender aquele universo como um todo conectado, não apenas com intuito utilitarista imediato. O conhecimento sobre a natureza deveria constituir um grande e intrincado complexo que pudesse prover gerações futuras (LÉVI-STRAUSS, 2008). Na América portuguesa quinhentista esta experiência se deu através de um contato claro com a taxonomia indígena.

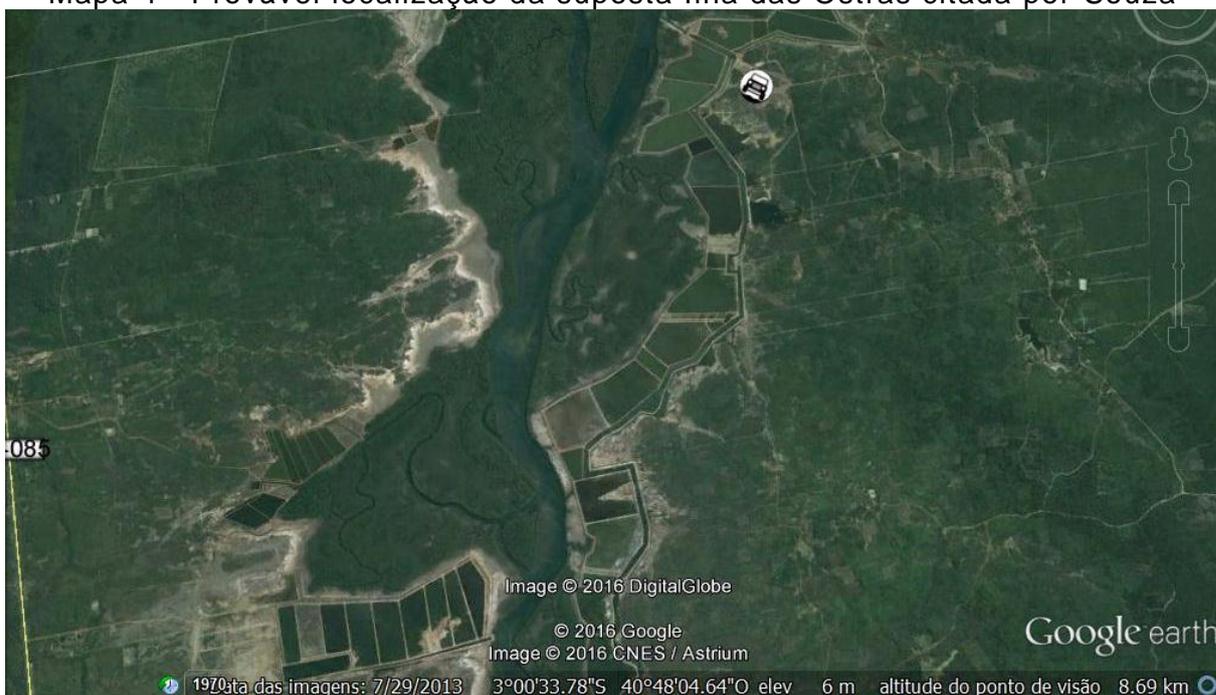
Na classificação das ostras da costa da capitania da Bahia, Gabriel Soares de Souza, dispõe as mesmas da seguinte forma: *leriuçu* (leri: ostra; uçu: grande), *lerimirim* (leri: ostra; mirim: pequena), *leri-peba* (leri: ostra; peba: chata) (SOUZA, 1971, p. 270). Este modelo descritivo e classificatório incorpora detalhes morfológicos destes moluscos bivalves, além de um sistema classificatório binomial indígena que podia soar coerente o suficiente para ser adotado sem maiores restrições.

Souza trata de uma "lagoa das ostras" em sua obra. O ambiente biogeográfico seria da área estuarina com manguezais, águas salobras e calmas, ricas em matéria orgânica mal decomposta. Atualmente tem uma grande empresa explorando ostras em tanques retangulares, nessa parte do litoral do Ceará, mais para a alimentação. Contudo, analisando o contexto e as descrições de Soares, fica claro que na verdade está tratando mais das pérolas.

Neste rio de Paraguaçu e em todos os seus recôncavos, por onde entra o salgado, há muito marisco de toda a sorte, especialmente ostras muito grandes, onde numa maré vazia quatro negros carregam um barco delas, e tem grandes pescarias, assim de rede como de linha, especialmente na baía que faz abaixo; porque por uma banda tem duas léguas de comprimento e por outras duas de largo, pouco mais ou menos, e em toda a terra deste rio há muita caça.

O local citado por ele é próximo do indicado no mapa 4, a seguir:

Mapa 4 - Provável localização da suposta Ilha das Ostras citada por Souza



Fonte: Google Earth, 2016.

A respeito deste local, Souza relata que havia uma ilha rasa, que Antônio Dias Adorno teria como mantenedora de mantimentos e, além dela, há outra ilha, que chamavam de Ilha da Ostra “(...) de onde se tem tirado tanta quantidade que se fizeram de ostras mais de dez mil moios de cal e vai-se cada dia tirando tanta que faz espanto, sem se acabar.” (SOUZA, 1971, p.286).

O pensamento que acompanhou estes colonizadores possuía, como principal característica, as analogias (FOUCAULT, 2000). As fontes primárias do século XVI nos possibilitam perceber que, esses mesmos colonizadores, enxergaram no saber indígena a respeito do mundo natural uma chance de sobrevivência em uma natureza tão diversa da sua.

Na sistemática lineana os espécimes também são nomeados em um sistema de nomenclatura binomial, ou seja, o nome da espécie é formado por duas palavras, sendo que a primeira é o nome do gênero e a segunda o epíteto da espécie (LINEU, 1907). Assim, o modelo classificatório indígena funcionou de forma parecida ao sistema binominal lineano, ou seja, se por acaso fosse encontrado outro tipo de ostra, o nome *leri* se mantinha como designativo genérico, e a ele era acrescentado um termo condizente com sua característica variável (BLUND, 1982).

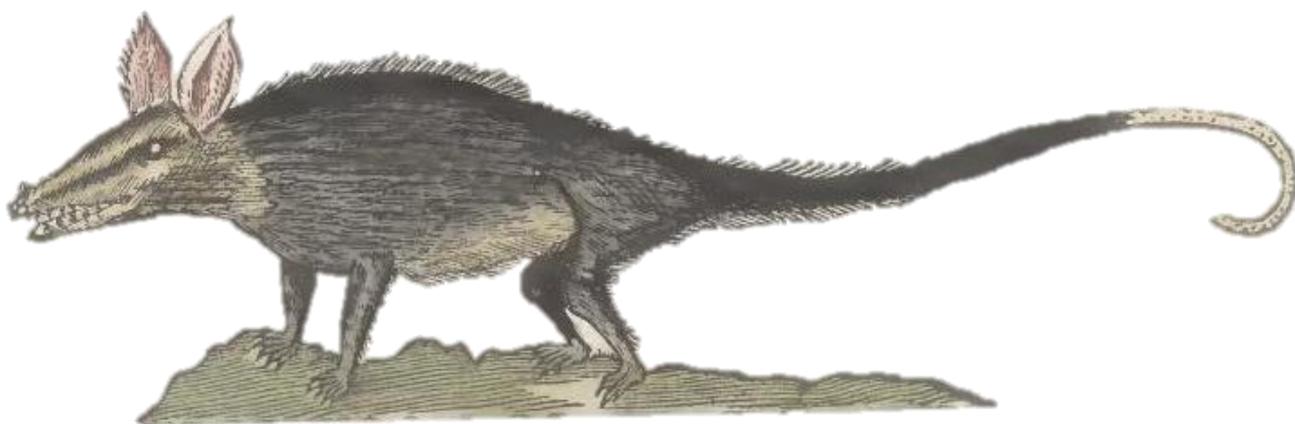
Marcgrave, a exemplo de outro sistema de classificação, descreve cada parte da planta, tronco, folhagem, e, finalmente, seu fruto. Em seguida fornece

informações sobre os melhores lugares para cultivo da espécie, período de plantio e o tempo necessário para dar frutos. Por fim, continua sua tarefa dando atenção a outro aspecto fundamental: as formas de utilização da espécie para as pessoas.

O gambá, que no Rio da Prata chamam micuré, espécie do *Didelphis* de Lineu, Souza utiliza nomes e termos indígenas para descrevê-lo, chamando-o de “sariguê” ou “carigueya”, como vemos no excerto a seguir:

Sariguê é um bicho do tamanho de um gato grande, de cor preta e alguns ruivaços; tem o focinho comprido e o rabo, no qual, nem na cabeça, não tem cabelo; as fêmeas têm na barriga um bolso, em que trazem os filhos metidos, enquanto são pequenos, e parem quatro e cinco; têm as tetas junto do bolso, onde os filhos mamam; e quando emprenham geram os filhos neste bolso, que está fechado, e se abre quando parem; onde trazem os filhos até que possam andar com a mãe; que se lhe fecha o bolso. Vivem estes de rapina, e andam pelo chão, escondidos espreitando as aves, e em povoado as galinhas; e são tão ligeiros que lhes não escapam. (SOUZA, 1971, p.133)

Figura 1: Gambá, por Marcgrave



Fonte: Marcgrave, 1948.

Os espécimes vivos, tanto mamíferos quanto aves, répteis e insetos coletados eram enviados à Europa para catalogação e possível utilização do mesmo por lá. O problema era conservar estas espécies com vida fora de seu bioma de origem. Ou seja, as “amostras” da fauna e da flora coletadas não conseguiam se adaptar ao clima temperado, mas a preocupação dos produtores era poder utilizá-las como um acréscimo de recursos financeiros, não a sua preservação.

O bicho-preguiça (*Bradypus variegatus*), como é popularmente chamado hoje em dia, teve vários nomes e até mesmo representações por parte dos colonizadores. Souza dedicou um capítulo inteiro sobre o folivora, seu nome biológico. No Brasil é encontrada tanto a preguiça de dois dedos, quanto a de três

dedos. A preguiça-de-três-dedos habita exclusivamente florestas úmidas, onde passa quase toda a vida pendurada nas árvores.

Figura 2 – Bicho-preguiça, por Marcgrave



Fonte: Marcgrave, 1948.

Até o século XVIII, ainda, havia muitas divergências a respeito desse animal. O nome do gênero *Bradypus* (grego para "pé lento") remonta a Lineu, que, nas primeiras edições de seu *Systema Naturae*, classificou as preguiças como primatas (WILSON; REEDER, 2005). Os cronistas grafam o nome da preguiça de várias maneiras: *ahy*, *ahí*, *hay*, *aíh*, *ayg*. Segundo Jean de Léry:

O maior, chamado *hay* pelos selvagens é do tamanho de um cão d'água grande e sua cara de bugio se assemelha a um rosto humano; tem o ventre pendurado como o da porca prenhe, o pêlo pardo-escuro como a lã do carneiro preto, a cauda curtíssima, as pernas cabeludas como as do urso e as unhas muito longas. Embora seja muito feroz, no mato, facilmente se amansa. Mas é verdade que, por causa das unhas, nossos tupinambás, que andam sempre nus não gostam de folgar com ele. O que parece fabuloso, mas é referido não só por moradores da terra, mas ainda por adventícios com longa residência no país, é não ter jamais ninguém visto esse bicho comer, nem no campo nem em casa e julgam muitos que ele vive de vento. (LÉRY, 2014, P.118)

Contudo, ainda no século XVI, também há quem já chamava o folívoro de preguiça mesmo, como o próprio Gabriel Soares de Souza. Ele enaltece, assim

como todos os cronistas ao falar desse animal, da lentidão dela “pois não há fome, calma, frio, água, fogo, nem outro nenhum perigo que veja diante, que o faça mover uma hora mais que outra” (SOUZA, 1971, p.151).

Outro animal muito valorizado àquela época foi o macaco, em suas mais diversas espécies encontradas. Foram muito apreciados pelos europeus como animais de estimação e ainda de entretenimento, tanto na Europa quanto no Brasil. O maior problema era fazê-los chegar com vida quando queriam transportá-los para o outro continente.

Também existe na terra do Brasil outra espécie de macacos a que os selvagens chamam saguim. Têm o tamanho e o pêlo do esquilo, mas o focinho, e o pescoço e a cara parecidos com os do leão; apesar de bravio é o mais lindo animalzinho que já vi. Se resistisse como o mono à travessia, seria aqui muito apreciado; mas é delicadíssimo, não suporta o balanço do navio e é tão melindroso que qualquer contrariedade o mata de desgosto. (LÉRY, 2014, p.117)

Figura 3 – Espécie de primata endêmico a Mata Atlântica observado no Espírito Santo e Sul da Bahia



Fonte: Maximilian de Wied-Neuwied, 1822.

O tamanduá, por sua vez, era considerado animal de rapina. Já era descrito por Souza (1971) como do tamanho de uma raposa, se alimentando de formigas através de sua grande língua, e come até não aguentar mais. Léry faz uma certa confusão com ele, como mostra algumas passagens de sua obra, pois ao descrever o que os indígenas chamavam de coati, ele trata do tamanduá sem dúvida, pois

além das descrições físicas serem exatamente deste animal, finaliza dizendo que se alimenta exclusivamente de formigas, o que o coati que conhecemos não faz. Léry diz, então, declara: “Não me parece que exista algo mais extravagante ou monstruoso do que esse focinho semelhante a um canudo de gaita de foles (p.118).

Figura 4 - Tamanduá



Fonte: Marcgrave, 1948.

Enfim, os próprios viajantes tinham a missão de descrever detalhadamente todos os animais e plantas encontrados e, acima de tudo, definir as utilidades da espécie para a vida humana, com ênfase aos atributos terapêuticos, alimentação, vestuário, companhia, estimação, etc.

Marcgrave descreveu todas as rotinas dos ameríndios com que teve contato, principalmente suas atividades agrícolas e industriais relacionadas à produção de alimento, e elabora mapas com essas informações. Em seus relatos, ele alerta diversas vezes para as bases empresariais da aventura colonial como um todo e, em especial, para as da exploração na “história natural”, dos recursos naturais da colônia.

Reforçando esse mesmo ideal, inclusive os mapas elaborados no período dos séculos XVI e XVII procuravam apontar, além das limitações de território a serem protegidos, os produtos a ser explorados; a relação entre cada região e seu clima, flora, fauna e as pessoas que nela habitavam. E deste período em diante, a natureza passa a ser encarada como um livro, ou seja, algo a ser lido, interpretado, decifrado e por fim, manipulado pelo ser humano.

Muito se fala sobre os recursos naturais extraídos do Brasil como única forma de lucro encontrada pelos portugueses, mas poucos sabem quais foram esses recursos, a forma que foram extraídos e porque foram designados como tal. A fauna e a flora brasileira foram inicialmente retratadas de maneira fantasiosa, e sempre de forma a impressionar na Europa para conseguir financiar novas viagens. Somente em 1530 Portugal enviou os primeiros colonizadores ao Brasil, com animais domésticos, plantas e sementes para o estabelecimento de colônias permanentes, e a partir de então se inicia de fato a história da natureza brasileira, que nunca mais veria centenas de suas espécies.

Atualmente, sabe-se que muitas das florestas remanescentes são sobreviventes dos vários períodos de exploração dos recursos naturais brasileiros e, além disso, boa parte delas não data de antes da chegada dos colonizadores, pois nasceram novamente após os grandes desmatamentos. Isso é desolador visto que as florestas tropicais dificilmente conseguem recuperar seu estado original devido a grande diversidade inerente. Por isso, pode-se dizer que a destruição dessas florestas é irreversível e jamais saberemos da existência de muitas espécies que viveram nelas (DEAN, 2007).

Ao analisar os documentos dos primeiros séculos de colonização brasileira, é preciso levar em consideração a falta de apuração científica de seus relatores ao retratar ou descrever o ambiente que encontraram. É evidente que naquelas circunstâncias se interessavam apenas pelas espécies mais excêntricas e que causavam maior curiosidade na Europa, tanto no que diz respeito à fauna quanto à flora, e se interessavam principalmente pelo valor comercial que poderiam conseguir com os espécimes. Com exceção da expedição nassoviana enviada ao Brasil, que houve uma preocupação maior com os aspectos científicos e descrição taxonômica da maior quantidade possível encontrada de animais e plantas, os demais encarregados e viajantes do século XVI e XVII não tiveram a mesma preocupação.

A floresta tropical, como bem se sabe, não é um paraíso idílico do Novo Mundo. Ela é densa, tão rica em diversidade quanto em perigo, pois nunca se sabe o que o colonizador do século XVI pode encontrar nela e, até mesmo, como se encontrar nela. Portanto, o que é possível tirar dessa natureza hostil?

Como bem retrata Dean (2007), o ambiente neotropical das Américas foi não só o último a ser encontrado pelos europeus, como também foi o último a ser

invadido pelos seres humanos. Ou seja, de todas as florestas tropicais no mundo, quando os europeus chegaram, a americana foi a mais intocada até então dentre elas, e que possibilitou mais registros sobre sua condição e depois destruição.

Para que seja possível compreender quais recursos foram mais lucrativos e, portanto explorados, e quais não foram, é preciso contextualizar a motivação e a condição dos viajantes ultramarinos que aqui aportaram. Já é sabido que vieram, primeiramente, para explorar o máximo de recursos possíveis para obtenção de lucro ainda maior. O que os europeus não esperavam era uma floresta tão rica e diversificada, mas também tão hostil e desconhecida. Para balizar esse obstáculo, eles contaram justamente com os maiores especialistas em floresta tropical brasileira do período, os indígenas.

O papel dos indígenas é conhecidamente fundamental na história brasileira de sua colonização e exploração, pois garantiram o acesso aos conhecimentos sobre essa nova natureza, apesar de terem ignorado a maior parte dela. E os principais intermediários nessa relação foram propriamente também os primeiros administradores do território brasileiro, os comerciantes enviados pela coroa portuguesa, sem falar nos mercenários que fizeram papel tão importante quanto àqueles nesse período.

Podemos visitar a floresta tropical e até especializarmo-nos na extração das mil e uma raridades que ela oferece, mas não moramos nela, exceto em desespero. (...) O morador humano brasileiro da floresta vive em suas margens, perto de cursos d'água ou campos. Para viver no meio da floresta, os moradores da floresta necessariamente a derrubam." (DEAN, 1996, p.30)

No primeiro e segundo séculos de colonização, existem documentos sobre a flora e fauna brasileira, mas até a chegada dos primeiros naturalistas, não foram produzidos registros sistemáticos com o intuito de inventariar a natureza neotropical. A principal, se não única, preocupação era organizar e sistematizar a extração dos elementos dessa mesma natureza. Além disso, demoraram também para empreender uma colonização efetiva e proteção do território que acabou deixando muitas brechas na documentação histórica do período.

Como retratado por Pero Vaz de Caminha, as primeiras impressões dos portugueses foram tímidas pelo fato de não terem percebido qualquer sinal de que houvesse ouro ou prata na região aportada. Mas todos sabem que, pouco tempo

depois, empreenderam uma exploração tanto ou mais predatória da natureza do que jamais seria imaginado, a partir da extração de pau-brasil que foi apenas o início de uma quase devastação florestal. Após o reconhecimento do solo e de algumas culturas, como a mandioca e o inhame, começaram a empreender um processo colonizador mais sério.

Todos os animais com que os europeus se deparavam eram prontamente caçados ou capturados, e sempre que possível matavam e provavam da sua carne, para saber se teria utilidade como alimento, decoração, estimação, divertimento ou se simplesmente não serviria para propósito algum. Apesar de os animais serem todos classificados no mesmo reino filogenético, do ponto de vista colonizador eles precisavam ser separados entre os “bons” e os “maus” para o desenvolvimento civilizatório. Ou seja, como foi o caso da maior parte da fauna, foram classificados de acordo com sua utilidade (SOUZA, 1851).

O caso mais expressivo é das formigas, que ficaram conhecidas como “Reis do Brasil”. Elas tinham um enorme apetite por plantas, e suas preferidas costumavam ser justamente aquelas plantadas pelos colonizadores, já que eram plantas domesticadas sem muitos meios de defesa natural. Os portugueses relatam que encontraram formigas por todo o território brasileiro, e não havia lugar por onde passassem que não existissem espécies variadas destes insetos (MARCGRAVE, 1948).

Souza se remete às formigas diversas vezes em sua obra, dedicando um capítulo sobre as espécies que se deparou e, de acordo com o estrago que cada tipo fazia, vai descrevendo. Como a “(...) Tacibura é outra casta de formigas, que são pequenas de corpo e têm grande cabeça, têm dois cominhos nela; são pretas e mordem muito” (SOUZA, 1971, p.177), e assim por diante, sempre destacando se mordem, se são destrutivas para a plantação, ou mesmo venenosas.

Pois bem, de fato, os documentos feitos ainda no século XVI tratam, cada um a sua forma, de uma boa parte da diversidade do ambiente brasileiro. Contudo, é evidente que esse meio, ainda hostil aos olhos europeus, não era interessante por não ser tão lucrativo quanto esperavam. Já no século XVII e XVIII, Antonil deixa isso claro ao reforçar e estimular a exploração do ouro, que demorou a ser realmente realizada da forma como esperavam os primeiros europeus:

Foi sempre fama constante que no Brasil havia minas de ferro, ouro e prata. Mas,

também, houve sempre bastante descuido de as descobrir e de aproveitar-se delas, ou porque, contentando-se os moradores com os frutos que dá a terra abundantemente na sua superfície e com os peixes que se pescam nos rios grandes e aprazíveis, não trataram de divertir o curso natural destes, para lhes examinarem o fundo, nem de abrir àquela as entranhas, como persuadiu a ambição insaciável a outras muitas nações, ou porque o gênio de buscar índios nos matos os desviou desta diligência menos escrupulosa e mais útil. (ANTONIL, 1711)

Visto que as primeiras descobertas significativas de ouro ocorreram por volta de 1690, e somente algumas décadas depois a população no Brasil saltou de 300.000 para 2.000.000 de habitantes, é de se considerar que até então os recursos explorados definitivamente não se comparavam ao tão cobiçado mineral que ajudou a promover inclusive a ocupação do território brasileiro.

O gado também foi outro elemento fundamental para a formação econômica do país e sua configuração territorial e ambiental. Além de ser usado como alimentação na própria colônia e para exportação, esses animais alteraram o ambiente no qual foram introduzidos de forma espantosa. Gabriel Soares de Souza afirma que os primeiros espécimes bovinos chegaram ao Brasil já na década de 1580 e começaram um processo de adaptação formidável, até gerar superpopulações em algumas regiões. Souza (1971) relata que, tão logo chegaram bois e vacas da Europa, prontamente encontraram ambiente favorável para sua pastagem e sobrevivência. Por isso mesmo, e à grande extensão do território sem barreiras naturais ou mesmo construídas, utilizavam muito os chamados “currais de vacas” para que não perdessem o gado que se espalhava por todo o canto.

A respeito da utilidade dos animais, do ponto de vista dos colonizadores, existiam os animais “bons e os maus”, assim como havia as plantas “boas e as más” e foi a sua utilidade para o ser humano que determinou seu destino. O bicho-preguiça é um ótimo arquétipo pois, para os indígenas, principalmente os tupis, esse animal era preguiçoso demais para ser comido e dele tirar sua força, como também não serviu de maneira fundamental para os europeus. Suas descrições são sempre fantasiosas, e demonstram um caráter pouco elucidativo e curioso em torno dele. Jean de Léry relata que os próprios índios temem o bicho-preguiça por causa de suas unhas grandes e seu estranho comportamento sempre lento. Diz, ainda, que sua carne não serve para alimento e é muito pouca.

Até a descoberta do ouro e outros minérios, nenhuma política de colonização, ocupação ou mesmo regulamentação mais expressiva da exploração do ambiente

foi empreendida pela coroa portuguesa. Durante os dois ou três primeiros séculos dos portugueses no país, eles não desistiam de encontrar algum produto que fosse ainda mais valioso do que o pau-brasil, explorado até o século XIX. Ou seja, é importante entender como e porque se deu a ocupação e utilização do território brasileiro até a descoberta do ouro, já que para os europeus o Novo Mundo ainda não havia revelado recursos tão lucrativos como se pretendia.

Voltando à fauna que vivia nos biomas brasileiros, é fato que desde o primeiro contato com um europeu – Vicente Pinzón alguns meses antes de Cabral – passaram a ser capturados e caçados para os mais variados fins à exaustão. Mas assim como aconteceu em outras partes do globo no mesmo período, os viajantes ultramarinos somente coletavam ou extraíam o que tinham vontade ou pudesse tirar lucro e, se não fosse bom para comer, tentavam vendê-lo na Europa como animal de estimação ou mesmo empalhado para decoração entre outros usos muito comuns ou excêntricos na época.

Até os séculos XVII e XVIII, os navios que saíam do Brasil já iam todos lotados de animais e plantas de todos os tipos, para que fosse possível fazer chegar o maior número possível de espécimes vivos, o que raramente acontecia. No século XVI a procura era tanta que, como afirma Léry, se tornou um grande esquema de escambo entre os europeus e indígenas, já que dependendo do animal sua captura com vida era muito difícil. E para Souza:

Tucanos são outras aves do tamanho de um corvo; têm as pernas curtas e pretas, as penas das costas azuladas, a das asas e do rabo anilada, o peito cheio de frouxel muito miúdo de finíssimo amarelo, o qual os índios esfolam para forro de carapuças.(...) Criam estes pássaros em árvores altas, e tomam-nos novos para se criarem em casa; os bravos matam os índios a flecha, para lhes esfolarem o peito, cuja carne é muito dura e magra. (SOUZA, 1971: p.228)

De acordo com Warren Dean (2007), o que ele denomina como primeira leva de invasores humanos não havia sido suficiente para alterar negativamente de forma expressiva as florestas brasileiras, apesar de terem impacto importante pouco antes da chegada dos primeiros europeus. O cultivo de algumas plantas pelos indígenas durante os mil anos de plantio talvez tenha reduzido consideravelmente a biomassa em algumas partes da Mata Atlântica, mas não se compara à exploração e desmatamento empreendidos nos séculos XVIII e XIX com a expansão da ocupação humana pelo país.

Portanto, mais uma vez voltamos ao ponto de interrogação sobre o desenvolvimento e perturbação que os domínios de natureza no Brasil possam ter sofrido nos primeiros séculos de colonização europeia do país. Como se sabe, os europeus não pretendiam a princípio migrar para outro ambiente simplesmente, queriam manter-se em seu local de origem e aproveitar os recursos do Novo Mundo para enriquecer seu modo de viver e mesmo se enriquecer. Por isso, os poucos europeus que aqui se instalaram no XVI e XVII trouxeram consigo a agricultura já consolidada na Europa, com numerosas espécies de plantas e animais já domesticados e facilmente adaptáveis em outros nichos (DEAN, 2007).

As dificuldades econômicas e sociais, portanto, desses viajantes, colonizadores e mesmo da coroa portuguesa que não atingiu seu objetivo com as conquistas do período, provavelmente incentivou de maneira significativa a exploração dos recursos naturais da colônia para tentar amenizar esses problemas. Ou seja, apesar de alguns comerciantes terem alcançado sucesso com a venda das plantas e animais brasileiros, a forma de extração e transporte dessas mercadorias era muito desgastante e arriscada, e boa parte acabava sendo consumida dentro dos navios antes de chegar à Europa, como afirmou Jean de Léry ao retornar do Brasil.

Outra fonte de renda muito importante na colônia, com certeza, foi a cana-de-açúcar. Fora o pau-brasil, a planta mais rentável e importante economicamente havia sido introduzida no primeiro século de colonização, contando com o sucesso já obtido em outras colônias além-mar. Da cana eles podiam aproveitar outros subprodutos além do açúcar propriamente dito, e após o sucesso da introdução seu cultivo aumentou consideravelmente, apesar de ter sido realizado em maior escala somente com a ascensão da escravidão negra. De qualquer forma, seu cultivo também teve consequências ambientais desastrosas para as florestas brasileiras.

(...) numa povoação que se diz a Graciosa. Esta é muito fértil e abastada de todos os mantimentos e de muitos canaviais de açúcar, a qual é de Gabriel Soares de Souza; e deste engenho ao de Diogo Correia não há mais distância que quatrocentas braças de caminho de carro, e para vizinharem se servem os carros de um engenho ao outro por cima de duas pontes, e atravessam estes rios e ficam os engenhos à vista um do outro. (SOUZA, 1971, p.158)

Destarte, até o século XVII ou XVIII, a flora e fauna brasileira passaram por situações das mais diversas possíveis. Houve desmatamento por queimada em

grande escala como forma de limpar o terreno para agricultura e moradia, onde não costumava ocorrer uma prévia seleção do local a ser descampado nem analisavam as espécies vivas que ali habitavam já que não enxergavam nenhuma fonte de renda mais lucrativa vinda da floresta.

Dos mamíferos mais frequentemente citados, a maior parte deles associados à Mata Atlântica, do Nordeste ao Sul, observa-se que não estão extintos, embora alguns tenham tido suas populações drasticamente reduzidas, como é o caso dos grandes felinos e alguns saguis mesmo de antas, veados e outros que foram mais visados pela pelagem, a carne ou outra finalidade.

Enquanto a coroa portuguesa esteve subjugando todo o território e natureza do Brasil, trataram de encomendar ou incentivar expedições oficiais com um objetivo previamente traçado a cumprir na colônia. Expedições como a de Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem foi dado a missão de verificar as condições materiais das vilas e fortalezas destinadas a suportar as possíveis invasões estrangeiras. Mais dedicado agente administrativo do que cientista propriamente dito, Ferreira chegou ao ponto de ajustar as roupas dos padres, os utensílios para missa, o estado das igrejas e as condições dos cemitérios locais. Contudo, apesar do rigoroso sistema de classificação e normatização da flora e fauna, a expedição de Ferreira não estava tão preocupada com esses pormenores científicas mas sobretudo, se importavam mesmo com o caráter econômico e utilitarista dos recursos naturais angariados no decorrer da viagem.

### 3.1 UTILIDADES DOS ANIMAIS NOS RELATOS DE VIAGENS NO SÉCULO XVI

Souza inicia sua obra afirmando que “é esta província mui abastada de mantimentos de muita substância e menos trabalhosos que os de Espanha.” Ou seja, já começa declarando que existem muitas opções de recursos a serem extraídos, inclusive de forma mais fácil que na Europa. Além disso, também assegura que “dão-se nela muitas carnes, assim naturais dela, (...) e maravilhosos pescados; onde se dão melhores algodões que em outra parte sabida, e muitos açúcares tão bons como na Ilha da Madeira.” (SOUZA, 2014, p.10).

Visto que Souza, assim como os demais exploradores e viajantes, chegaram de um contexto mercantilista ainda muito forte, além disso, também é necessário lembrar da situação histórica em que estavam inseridos no Renascimento. Se havia uma retomada de valores da antiguidade, somada ao cristianismo em expansão, os representantes europeus desse pensamento afirmavam categoricamente que a natureza foi feita por Deus exclusivamente para o usufruto do ser humano, da forma que lhe fosse conveniente.

Retomavam, portanto, às obras de Aristóteles como “De anima” (2006), na qual descrevia a interação entre as “almas”, na medida em que a capacidade de percepção se comporia de modo perfeito nas espécies superiores. As almas nutritiva, sensorial e motriz, além da intelectual/capacidade de pensar, foram incorporadas em muitas obras do período. Desse modo, algumas espécies possuíam todos esses elementos; já outras apenas possuíam a capacidade de se nutrirem ou mesmo sensorial, como os peixes.

Percebe-se a importância nos documentos para descrever e catalogar os animais de acordo com sua utilidade seja para alimentação ou vestuário, entretenimento, e não de acordo com suas características propriamente ditas.

Tal princípio, definido por utilitarismo mais tarde, estava baseado na ideia de superioridade humana perante os demais seres, sendo que seu processo se dava de modo geral pela valorização de tudo o que fosse considerado positivo aos homens, que lhes fosse útil. Obviamente, as espécies vegetais, animais e minerais não foram conhecidas apenas por serem úteis; elas foram consideradas válidas e/ou interessantes porque eram primeiramente conhecidas.

Nesse sentido, os relatos da natureza na América portuguesa quinhentista,

apesar de conter um forte apelo utilitário, possuía um caráter mais amplo do que inicialmente se poderia concluir. Esse utilitarismo amplo, quando aplicado ao estudo do mundo natural, também exigia a legitimação de um processo de dominação sobre os demais seres e ocupou, desse modo, um lugar de destaque no cotidiano do período.

Quanto aos espécimes mais lucrativos e que se tem mais registros de comercialização, em primeiro lugar estão os psitacídeos – papagaios – e, em seguida, os primatas, mais especificamente os saguis. Esses animais foram não somente os mais interessantes economicamente, como também eram os que despertavam maior curiosidade e admiração dos europeus. Além disso, eram os mais fáceis de serem capturados vivos, principalmente pela ajuda dos nativos e de europeus já aclimatados no Brasil.

Quanto às aves silvestres, apanham-se algumas no mato, do tamanho de capões (...) todas de plumagem escura ou negra; parecem-me da família dos faisões e posso assegurar que não há melhor carne. (...) Abreviando a descrição dessa caça que se encontra em grande abundância nas matas, nas praias e às margens dos rios e lagoas, tratarei das aves que não são comuns na alimentação. Entre outras duas existem, do mesmo tamanho ou pouco mais ou menos, isto é, maiores o que o corvo e de garras e bicos aduncos como os papagaios, entre os quais poderíamos incluí-las. Quanto à plumagem, como o vereis pela descrição, não creio que se encontre no mundo coisa mais deslumbrante; contemplando-as somos forçados a exaltar não a natureza, com fazem os profanos mais o admirável criador dessas maravilhas. (LÉRY, 1578: 136)

Figura 5 – Araracanga, por Marcgrave



Fonte: Marcgrave, 1948.

De fato, a Mata Atlântica pode ser considerada um grande e diverso ninho para as aves de todas as espécies, pois propicia tudo o que precisam para se desenvolver. Possui dobramentos longamente trabalhados pelas erosivas do intemperismo, de cujo trabalho geoescultural resultaram montanhas dissecadas, aplainadas, formando as largas extensões dos “mares de morros florestados” melhor descritos por Ab’Saber (2012). Há, ainda, os núcleos de penedos ou pontões rochosos, afloramentos de rochas arqueanas, predominantemente gnaisses e granitos, gerando paisagens de incomparável beleza (MONTEIRO; KAZ, 1991). E, por isso mesmo, o Brasil é segundo país do mundo com maior diversidade de aves, fator largamente explorado pelos portugueses, principalmente.

Por fim, cabe destacar que durante boa parte do período colonial do Brasil, até pelo menos a descoberta do ouro, os recursos que eram daqui extraídos precisavam ser levados em enormes quantidades à Europa, mesmo no caso das plantas comestíveis ou ornamentais. E mesmo com toda essa quantia explorada, a demanda energética e humana utilizada nem sempre compensava os gastos, por isso pode-se dizer que foi um dos períodos mais agressivos para as florestas brasileiras e menos lucrativo para os europeus do período.

Pedro Álvares Cabral também teria levado duas araras-vermelhas ao retornar para Portugal, e foi o centro das atenções dentre tantas ‘novidades’ trazidas do além-mar. Descrita por Caminha (1999) como “papagaios vermelhos muito grandes e formosos”, essas aves seriam cobiçadas por todos no período (TEIXEIRA, 2009). A figura 6 na próxima página representa o encontro entre os animais domesticados da Europa e uma arara-canindé. Animais exóticos se tornariam mascotes muito apreciados nas residências das elites europeias a partir do século XVI (VELDEN, 2014).

Figura 6 – Retrato de uma mulher, provavelmente Madame Claude Lambert



Fonte: Nicolas de Largillierre, óleo sobre tela, 1696 – Acervo Metropolitan Museum of Art de Nova York

#### 4 ENTRE A SOBREVIVÊNCIA E O PALADAR EUROPEU, OS ANIMAIS

No início, as viagens empreendidas em barcos a vela poderiam levar meses. A importação de qualquer tipo de gênero alimentício, vindo da Europa ou de qualquer outro continente, se mostrava inviável, não somente por conta da duração das viagens e do alto custo que tal empreendimento implicava, mas também porque algumas técnicas de conservação, desenvolvidas nos países ibéricos, não previam a exposição dos alimentos a altas umidades e, principalmente, a considerável quantidade de insetos, fungos e mofo endêmicos do Novo Mundo (GUERREIRO, 1999).

No caso da introdução de animais domésticos vindos da Europa, em especial galinhas, porcos e gado, apesar da adaptação destes ter se mostrado, em médio prazo, bem sucedida não podemos ignorar que as técnicas de criação e, principalmente, o preparo da carne destes animais, tiveram de ser revistas (CROSBY, 1993).

Como, depois de tudo o que já foi tratado, os animais foram definidos de acordo com sua utilidade e, principalmente, se tornaram alimentos em um período tão conturbado entre sobrevivência e trocas de culturas?

Do período greco-romano até o século XX, as teorias pré-científicas e as consideradas científicas pela modernidade, enfatizaram as explicações simplistas que desconsideravam as complexidades da interação dos sistemas biológicos. Tratavam-se do determinismo ambiental respondendo a questões político/utilitarista, ou seja, um clima definido como temperado acondicionava uma população etnocentricamente equilibrada; o clima incidindo diretamente sobre as virtudes dos habitantes (MORAN, 1994).

Quando a “civilização” do Velho Mundo alcançou o Novo Mundo considerou-se que este juvenil Continente pouco ou nada tinha para ensinar, contudo muito para ser extraído. Os povos aqui encontrados, de forma peculiar, tiveram sua própria revolução neolítica que não se processara nos moldes do hemisfério oriental. Alfred Crosby arrisca-se a dizer que, em parte deveu-se ao fator longitudinal das Américas que correm no sentido Norte-Sul.

Assim, as plantas alimentícias ameríndias, precisavam adaptar-se a climas totalmente diferentes. À tal dificuldade de adaptabilidade não foram expostas as

plantas do Velho Mundo, uma vez que estendiam-se e disseminavam-se na direção Leste-Oeste, uma facilidade ditada pela semelhança climática. Quando em 1490, aqui os europeus encontraram o milho, como riquíssima fonte de alimento para o ameríndio, reconheceram também que, por alguma razão que desconheciam, os autóctones do Novo Mundo começaram tardiamente sua revolução neolítica.

Ainda que alguns povos estivessem iniciando na metalurgia, esta dava seus primeiros passos prestando-se a ornamentação dos mesmos e não instrumentalização (CROSBY; 1993).

Pois bem, de um modo menos evidente, esta geografia narra não só as preferências e gostos, mas também os fluxos de dominação nas relações de troca. E as cicatrizes do modelo colonial que orquestrava tais trocas na formação econômica de vários países. Exemplos não faltam: a produção e comercialização da banana nos trópicos para atender a um desejo florescente de consumo na Europa e nos Estados Unidos; as mudas de café vindas da Caiena e depois plantadas no Pará para atender a um mercado múltiplo e de uso variado (SANTOS 2008).

A vegetação tropical não era uma novidade para os pioneiros portugueses, visto que muitos deles já haviam se familiarizado com uma paisagem ligeiramente similar em suas viagens e comércio ao longo da costa ocidental africana. Contudo, ainda que houvesse semelhanças entre ambas localidades, as diferenças existiam e eram nítidas (BOXER, 2002). Os colonizadores não tardaram a perceber que a América portuguesa apresentava inúmeras particularidades, como o relevo ondulado, a enorme extensão do território, bem como a vegetação típica da floresta tropical, características dessa região do globo (CARVALHO, 1992).

O clima também deve ser levado em conta dentre as dificuldades da colonização. Em algumas regiões as secas eram cíclicas, como é o caso do Nordeste. Em outras, chuvas e cheias em excesso. A carência de um clima estável, com índices de pluviosidade e temperatura regulares e estações climáticas bem definidas, faziam da nova colônia um espaço de manejo árduo (DIAMOND, 2011). Ou seja, a topografia, pluviosidade, solo e regime de insolação da nova colônia eram consideravelmente distintos do encontrado na metrópole. Este fato era válido tanto para os colonizadores, quanto para seus animais e plantas domesticados (MORCELLI, 2015).

A vasta extensão do território era recortada por inúmeros rios. Porém, com

exceção do Amazonas e de seus tributários, os rios do Brasil não permitiam fácil acesso ao interior, pois a existência de corredeiras e quedas d'água, bem como a relativamente curta distância dos estuários impediam uma navegação rio acima (HOLANDA, 2000).

É possível afirmar que boa parte dos obstáculos decorrentes da migração dos europeus para o Novo Mundo estava relacionada a um reconhecimento daquele novo ambiente. A historiografia tradicional costuma apresentar o processo de colonização como uma tarefa que se deu, apesar do comportamento idílico dos primeiros colonizadores (HOLANDA, 2011).

É válido ressaltar que, ao cruzarem o oceano, os colonizadores tiveram que promover um processo em que as novas terras se tornassem cultiváveis, enfim, se adequassem àquilo que os europeus consideravam habitável. Tarefa difícil quando as possibilidades não correspondiam às preferências. Esses homens, sempre que possível, buscavam antropizar o ambiente daquela nova colônia, convertendo-o em algo que lhe parecesse mais similar à Europa (CROSBY, 2011).

Além dos sistemas classificatórios trazidos e desenvolvidos pelos colonizadores, ao entrarem em contato com a biota da América portuguesa, da busca por alimentos que pudessem, além de alimentar, remeter a sua terra de origem, é igualmente importante considerarmos os meios desenvolvidos por estes europeus para sobreviverem no Novo Mundo. No processo de fixação, a escolha da faixa litorânea pode ter sido considerada estratégica pelos colonizadores, e a observação das técnicas indígenas de caça, pesca e coleta da fauna litorânea deve, sem dúvida, ter pesado nas ponderações dos colonizadores (MORCELLI, 2015).

Freyre (2003) já afirmava “É ilusão supor-se a sociedade colonial, na sua grande maioria, uma sociedade de gente bem-alimentada”. Aqui a principal dificuldade foi, por muito tempo, encontrar alimentos disponíveis e conhecidos, seguros. Talvez os senhores de engenho, em alguns momentos, tivessem banquetes abastados, mas até estes em sua grande parte sofriam da carência de víveres, e quando possível importavam da Europa (PRIORE, 2016).

Nas regiões em que os engenhos de açúcar prosperavam, por outro lado, era somente isso que havia. A monocultura da cana dominava todo o solo, e não sobrava espaço para se plantar quase nada.

Inclusive a criação de animais domésticos, nessas regiões, foram limitadas para não prejudicar as lavouras. Desta forma, não sobrava terra para o pasto. O gado que se encontrava era para lidar no engenho apenas, e os demais animais eram considerados inúteis ou espaçosos.

Mesmo Cardim (1980) quando relatava a abundância dos banquetes com que era recebido pelos senhores de engenho, nada mais se tratava além de agradar ao visitante, pois, na presença dele era necessário buscar o que fosse preciso para dar boa impressão.

A caça e coleta de alimentos na mata era restrito à quem não tinha condições alguma de comprar ou faltava acesso aos alimentos, como mostra a figura 7.

Figura 7 – Pessoas caçando e coletando frutas da mata



Fonte: Jean B. Debret, Voyage pittoresque au Bresil.

Nesta perspectiva, como bem explicou Montanari (2015), o sedentarismo distinguia o civilizado do bárbaro, que se satisfaz em coletar o que encontra na natureza. Os povos que não se dedicaram à agricultura, à domesticação de plantas e animais, são selvagens. A civilização é, por conseguinte, capaz de produzir seu alimento, não depende da disponibilidade ou não da natureza, pois esta foi domada e é submissa ao ser humano.

O binômio caça-coleta significa o selvagem, enquanto a criação de animais-agricultura é o doméstico, civilizado. A caça, pela proximidade física dessas atividades, acontece na floresta, em terras incultas. O mundo selvagem é visto como estranho e encarado com suspeita e desconfiança (MONTANARI, 2015).

A civilização europeia da antiguidade, como se sabe, era a sociedade do pão ou, ao menos, dos cereais e, a carne por sua vez, era secundária.

#### 4.1 É DE COMER OU É DA FAMÍLIA? A DOMESTICAÇÃO, ALIMENTAÇÃO E OS ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Amansar as espécies submissas, ou domar as bravias, ou seja, fazer com que se acostumassem ao cativeiro, assegurando sua sobrevivência e reprodução, significou extinguir nesses animais a tendência natural a fugir do ser humano.

Domesticar, contudo, consistiu em um processo lento e profundo, que levou à modificação das espécies, no que diz respeito não somente ao comportamento, mas também à morfologia e à fisiologia. Significou, portanto, não mais a posse de um indivíduo, mas de uma “raça como um todo” (EMBRAPA, 2006).

A domesticação, então, não surgiu diretamente da caça, mas sim, no Neolítico, durante o processo de sedentarização das sociedades humanas em que domesticavam também as plantas para que servissem à sua sobrevivência. O conhecimento adquirido durante esse longo processo de domesticação levou as pessoas selecionarem aqueles que seriam mais úteis, rebanhos mais mansos, e que fossem práticos de delimitar o espaço (EMBRAPA, 2006).

As raças hoje existentes no Brasil são oriundas de vários cruzamentos à partir de seus primeiros ancestrais, trazidos para o país no primeiro século de colonização, como já demonstrou Souza (1971). Essas espécies se adaptaram ao clima tropical de maneira impressionante, tendo algumas chegando a formar imensas populações aclimatadas e que viviam soltas pelas matas e campos.

Acredita-se, por exemplo, que os bovinos tenham surgido inicialmente na Índia, e depois disso se espalhado principalmente para o Oriente Médio onde remontam o início de sua domesticação pelo ser humano (MARIANTE & FERNANDEZ-BACA, 1998).

Os primeiros cavalos (*Eohippus*), domesticados para consumo de sua carne e couro, eram pequenos demais para serem montados. Posteriormente, assim como os bovinos, começou a ser usado para puxar carros de rodas. Somente por volta de 2.000 A.C. é que o cavalo passou a ser domado para montaria. Tal fator significou para o ser humano mais um símbolo de dominação sobre a natureza (MARIANTE & FERNANDEZ-BACA, 1998).

No continente americano, os equídeos se espalharam por todos os cantos, e seus ancestrais que aqui chegaram foram se diferenciando na América do Norte e

avançando pela América do Sul pelo istmo do Panamá e, dali, se alastraram pelo mundo afora. O gênero, portanto, se originou nas Américas, mas não foi aqui que suas formas selvagens sobreviveram e nem foram domesticadas. Essas espécies ancestrais desapareceram durante o Quaternário, portanto, antes mesmo do período das chegadas de europeus ao Novo Mundo.

No século XVI propriamente dito, a economia agrícola europeia desenvolvia-se lentamente. As técnicas e os níveis de produtividade, em terras ibéricas, pouco haviam mudado desde os tempos antigos e, a cada ano, os camponeses produziam apenas o necessário para sua sobrevivência e das sementes para a safra seguinte. Ocupados com as sucessivas guerras contra os invasores, os portugueses não se dedicavam às atividades agropecuárias de forma intensiva, deixavam se desenvolver espontaneamente e seguindo as condições geográficas (BOXER, 2002).

Somente com os achamento das novas colônias se inicia um período de relativa prosperidade econômica e demográfica que passa a fomentar a agricultura e pecuária por parte dos ibéricos. Essa fase se beneficiou dos produtos levados, principalmente, das Américas, modificando e enriquecendo a dieta dos europeus. A partir da própria nomenclatura científica dada aos bovinos, tem sido possível entender a origem das raças bovinas trazidas para o Brasil durante a colonização que, aqui chegando, ganham novos nomes associados aos ecossistemas que se adaptaram mais facilmente (EMBRAPA, 2006).

Souza (1971), em relação à origem e dispersão dos bovinos em território brasileiro, assim declara:

As primeiras vacas que foram à Bahia levaram-nas de Cabo Verde e depois de Pernambuco, as quais se dão de feição que parem cada ano e não deixam nunca de parir por velhas; as novilhas, como são de ano, esperam o touro, e aos dois anos vêm paridas, pelo que acontece muitas vezes mamar o bezerro na novilha e a novilha na vaca, juntamente, o que se também vê (p. 163).

Já as populações indígenas aqui residentes antes da chegada dos europeus, não tinham o costume de domesticar animais. Eles criavam alguns e, como Léry afirmou, como se fossem da família. A relação entre indígena e animal era bem distinta dos europeus, mas não por aversão a domesticação. De fato, os povos nativos do país em tempos coloniais aprenderam a domesticar alguns animais

trazidos da Europa, sobretudo as galinhas por quem tem predileção até os dias de hoje e se tornaram grandes criadores (EMBRAPA, 2006).

Sabe-se que Pedro Álvares Cabral já trouxe nas embarcações alguns espécimes de galinhas e na primeira visita à esta terra deixou algumas com os nativos encontrados. A partir de então, essas aves se espalharam rapidamente pelo continente e pela cultura indígena. Souza (1971) também relatou a respeito desse animal:

As galinhas da Bahia são maiores e mais gordas que as de Portugal, e grandes poedeiras e muito saborosas; mas é de espantar que, como são de três meses, esperam o galo, e os frangões da mesma idade tomam as fêmeas, os quais são feitos galos e tão tenros, saborosos e gordos como se não viu em outra parte (p.165).

As populações coloniais dos primeiros decênios da América portuguesa eram, em boa parte, dependentes dos recursos alimentares existentes naquela nova colônia. O clima, considerado irregular pelo europeu, não se mostrou muito adequado às técnicas europeias de lavoura, primeiro por serem regradas pela definição e ritmo das quatro estações na Europa e, segundo, por não existirem, em um primeiro momento na América portuguesa, espécies às quais estavam secularmente habituados (MORCELLI, 2015).

A esse respeito, Crosby (1993) junto com Sauer (1969), afirmam que os ameríndios, por serem agricultores, possuíam espécies cultivadas, plantas que eram produtivas e nutritivas, cujo valor os europeus prontamente reconheceram, passando eles próprios a cultivá-las.

As populações humanas, ao se estabelecerem em novos territórios, não se adaptam a eles com facilidade, e de início tentam recriar um ambiente mais familiar. O transporte, aclimação e introdução de biotas para as novas regiões, faz parte dessa tentativa. E, além de tudo, é preciso se adaptar ao fator mais complicado e, talvez, o menos controlável: clima (DIAMOND, 2011).

Sua dieta precisou mudar radicalmente, e incluir novas opções disponíveis por aqui. O caso da mandioca é exemplar, que se tornou a base de sua alimentação, assim como já era dos indígenas. Estes por sua vez, ensinaram as formas de preparo, conservação, e mesmo de seleção, já que existe uma espécie de mandioca, hoje conhecida como “mandioca brava”, que é altamente tóxica e pode levar à morte se consumida. Souza (1971) dedica um capítulo inteiro à este alimento

em especial, devido sua importância. Diz que é realmente o principal alimento, e de mais substância e que, em Portugal, é chamada *farinha-de-pau*. Detalha a forma de plantio, cuidados que se deve tomar, suas características físicas principais, as várias espécies já cultivadas, e assim por diante.

A considerável diversidade faunística da floresta tropical pode, por vezes, se traduzir na enganosa percepção de que há uma grande oferta de caça. De fato, o acesso às carnes, no bioma da Mata Atlântica, não raras vezes, era difícil, como nos mostra André Thevet:

Quanto ao javali, este é bem mais difícil de ser capturado. O javali europeu é um pouco diferente do americano. Este, além de ser feroz e perigoso, possui presas mais compridas e salientes. É inteiramente negro e não tem cauda. Nas costas, possui um tubo respiratório, do mesmo tamanho que o marsuíno, o qual lhe permite respirar dentro d'água. Pode-se escutar ao longe o formidável guincho que ele emite e o som produzido pelo bater de seus dentes quando o animal está comendo ou fazendo qualquer outra coisa. De certa feita pudemos ver um exemplar capturado pelos selvagens. Apesar de estar fortemente amarrado pelos indígenas, o bicho conseguiu escapar ali sob nossas próprias vistas (1978, p.161).

Os novos ingredientes, mesmo quando obtidos, eram estranhos ao paladar europeu, muito exótico e difíceis de serem ingeridos, fosse em assados, sopas ou guisados. Como mostra Hans Staden em 1557 (1900, p. 33): “[...] Ficamos ali dois anos, no meio de grandes perigos e sofrendo fome”. Uma evidência de que a alimentação, para além de ser um ato cotidiano, também poderia ser um problema diário.

A exemplo disso, e da forma como os indígenas se relacionavam com os animais, Jean de Léry inicia o capítulo X sobre os animais afirmando que “os tupinambás só muito raramente se alimentam com animais domésticos.” (LÉRY, 1961, p.111). Na descrição dos animais silvestres do país, feitos por ele, os indígenas os chamam genericamente de *sóo*, e o autor já começa pelos que lhes servem de alimentação.

Jean de Léry é um dos primeiros autores a realizar uma descrição da origem do churrasco no Brasil, já em 1578. Na obra, Léry explica logo no início do capítulo X o que seria o *moquém*, como era chamado pelos indígenas. Ele descreve que seria um sistema consistindo em enterrar no chão quatro forquilhas de pau formando um quadrado e, sobre ela assentam varas com uma certa distância entre uma e outra,

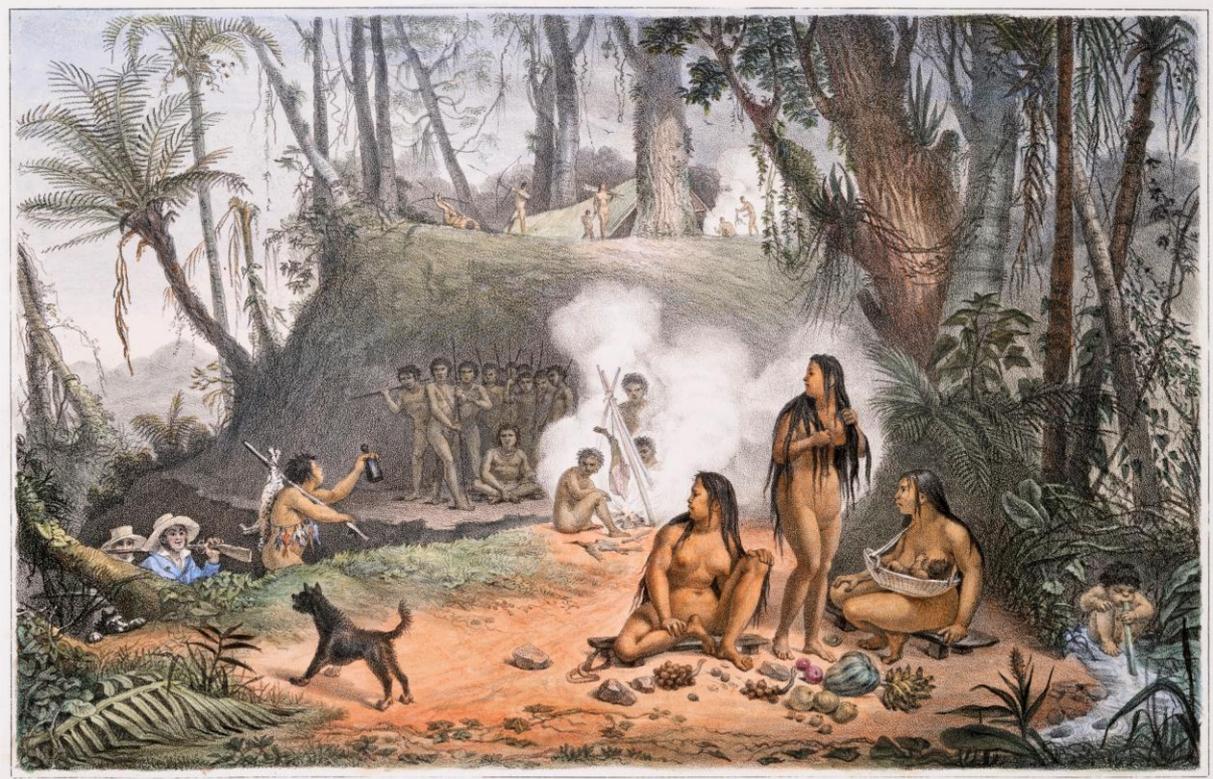
formando uma grelha de madeira. Em seguida colocam a carne cortada em pedaços, acendendo um fogo por baixo e, de tempos em tempos, reviram essa carne para que possa assar dos dois lados. Ele diz, ainda, que assim o fazem também como forma de conservar a carne, pois eles não tem o costume de salgar os alimentos como os europeus.

Nesse caso, Léry (2014) diz que a carne mais consumida pelos indígenas é a do *tapirussú*, e sua carne “(...) tem quase o mesmo gosto da do boi (p.112)”. Além disso, o descreve como “semivaca e semi-asno. Difere, entretanto de ambos pela cauda, que é muito curta (p.111)”. E diz, ainda, que esse animal é muito manso, seu único meio de defesa seria a fuga, não possui chifres e tem pelo avermelhado. O *tapirussú*, portanto, seria a conhecida anta brasileira.

Ainda neste contexto, o francês também relata que os animais dos quais os indígenas se alimentam são apenas aqueles capturados ou mortos na caça/pesca. Ou seja, mais uma vez fica claro que o relacionamento dos indígenas com a domesticação de animais no Brasil simplesmente não existia, pelo menos não no sentido próprio do termo. O que havia, verdadeiramente, eram os animais de estimação. Os nativos tinham o costume de “adotar” um ou outro animal encontrado na natureza, e o criavam como da família, jamais seria morto para alimentação. Esse fator também serviu de estranhamento aos olhos europeus, tão acostumados à criação de animais para o abate (VELDEN, 2014).

Como bem mostrou Debret, na figura 8, os indígenas tinham o costume de cuidar dos animais, e não domesticá-los. E nessa mesma imagem é possível, ainda, ver o modo de preparação dos alimentos no meio da mata, juntamente com alguns europeus.

Figura 8 - Aldea de Cabocles à Canta-Gallo



Fonte: Debret, 1833 – 1839.

As aproximações entre os elementos da natureza brasileira e aqueles com os quais os europeus estavam familiarizados não foram utilizadas apenas para situar os leitores acerca do formato e aparência destes. Frente à diversidade da vegetação da América tropical, não é difícil imaginar a vasta gama de cores e tonalidades que se impunham aos olhos dos primeiros colonizadores e cronistas.

Quando visualizamos um objeto, o que chamamos de imagem é captado pelo cérebro através da visão, que a armazena em uma memória sensorial, a qual chamamos de memória visual. Esta, por sua vez, adquire sentido a partir de significados e contextos historicamente determinados. No século XVI, este processo se dava através de figuras de linguagem como a simpatia e conveniência. O senhor de engenho português Gabriel Soares de Souza lançou mão deste recurso cognitivo, ou seja, de sua memória visual para descrever tudo o que encontrou e provou como alimento.

A exemplo da visão, o tato é um sentido primordial à cognição humana e, conseqüentemente, à construção de saberes. Quando tateamos algum objeto, sua textura pode se perpetuar na nossa memória. Fazendo-se valer dessas lembranças, alguns cronistas consideraram importante descrever a textura e composição de

alguns frutos. A textura do mamão maduro, como Souza relata, se mostrou *simpática* ao melão. Ainda que as cascas dos frutos não fossem consumidas, estas também foram observadas pelos cronistas do século XVI. Cor, aspecto e textura são características decorrentes da ação dos sentidos do corpo humano. Em meio a tantos estímulos sensoriais, presentes nos mais diversos frutos das matas e florestas da América portuguesa, estas características físicas se mostraram indispensáveis ao empreendimento colonizatório. Catalogar e divulgar novas possibilidades mercantis ou simplesmente recursos que poderiam ser primordiais à sobrevivência foram fundamentais ao estabelecimento do colonizador europeu.

As analogias contemplaram as particularidades sensoriais, mas também foram utilizadas para se referir ao tamanho e dimensão dos animais encontrados na Colônia. Unidades de medida, tais como *do tamanho de, maior e menor* eram frequentes nos relatos produzidos no século XVI. Assim, os signos de medidas de frutos que lhes eram familiares, foram empregados como referências na catalogação da flora colonial.

Algumas descrições de animais, feitas pelos cronistas e viajantes, que estiveram na América portuguesa ao longo do século XVI, valem-se de uma clara analogia com espécies há muito conhecidas no continente europeu. Inclusive, as comparações não se limitam aos aspectos físicos dos animais encontrados, vai além disso, até o sabor de fato. Os europeus que passaram pelo Brasil no início da colonização, e aqueles que ficaram por aqui, com o auxílio do indígena, sempre que conseguiam capturar e abater um animal, não importando o tamanho ou espécie, mas desde que não fosse conhecidamente venenoso de acordo com a experiência dos nativos, eles provavam da carne.

Souza, relator mais detalhista que seus contemporâneos, tomava o cuidado de elencar todos os detalhes perceptíveis ao seu olhar de atento observador, e descrevia as cores, penas ou pelos, tamanho, comportamento, habitat, e até mesmo o que conseguira entender da reprodução do animal observado. Contudo, sempre que possível, também provava da carne e descrevia outras utilidades. A exemplo do nhandu – ema em tupi – ele descreve como uma grande ave a viver dentro das matas,

Têm estas aves as pernas e pescoço compridos, cuja carne é dura, mas muito gostosa; das penas se aproveita o gentio, e fazem delas

uma roda de penachos, que pelas suas festas trazem nas costas, que têm em muita estima. (SOUZA, 2014, p.229)

Ou seja, por mais utilidades que pudessem ou não encontrar nos animais nativos do Brasil, tanto Souza quanto Léry, Thévet, e outros contemporâneos, deixavam explícito o caráter exploratório das suas descrições, objetivando encontrar espécies com sabor aprazível ao seu paladar europeu e, ainda, possíveis de serem domesticadas. Mais tarde percebe-se que a domesticação de animais silvestres nativos do Brasil não deu certo. Há vários motivos para isso, mas levando em conta o período aqui pesquisado, no século XVI os colonizadores se deparavam com demandas cada vez mais desafiadoras à sua sobrevivência, somadas ao caráter próprio da dominação do território, não era possível dispendir tempo ou energia tentando domesticar animais que, até hoje, são em sua essência, *indomesticáveis*.

Assim como afirma Crosby (1993) as vantagens dos europeus sobre os indígenas em suas colônias ultramarinas não foi tanto as plantas cultivadas mas, sim, os animais domesticados. Ou seja, por mais diverso que fosse nosso ambiente, e rico nas mais diversas plantas e animais, a adaptação alimentar do europeu às colônias foi tão difícil quanto se pode imaginar. Do momento em que foram apresentados aos novos alimentos tropicais, até tornarem-se efetivamente acostumados ao novo sabor/alimento transcorreu um longo período. Por isso, e considerando o contexto cultural dessas pessoas, preferiram continuar usando dos alimentos, animais e culturas com as quais já estavam adaptados há mais de dois mil anos na Europa e, que por sua vez, se deram surpreendentemente bem nas Américas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação dos primeiros europeus que chegaram ao Brasil com a fauna local apresenta diferentes facetas:

De uma parte, houve um certo deslumbramento com as espécies neotropicais encontradas, em vários aspectos diferente da fauna europeia, a começar pela biodiversidade. Porém, no século XVI, ainda não havia uma abordagem realmente científica, com relação ao conhecimento dessas novas espécies, o que só ocorreu a partir do século XVII e tomou mais corpo nos trabalhos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX. As referências à fauna no período quinhentista eram menos rigorosas com relação à cientificidade das descrições, por vezes fantasiosas, quase sempre remetendo a comparações com os animais europeus, domésticos ou selvagens, e escritas mais na forma de crônicas do que de relatos descritivos formais. Contudo, Gabriel Soares de Souza, que teve uma atuação mais de explorador e relator das características das terras da América Portuguesa, apresenta relatos muito precisos, com relação às localidades visitadas, tendo percorrido o litoral brasileiro de norte a sul, e também com relação à descrição dos animais, seus habitats e seus usos, pela população indígena ou pelo colonizador.

De outra parte, observa-se dos relatos que, desde o primeiro século de ocupação e povoamento das terras brasileiras, foram trazidos da Europa o gado bovino, como se depreende das referências aos “currais de vacas”. E, embora o colonizador tenha experimentado da carne de muitos animais silvestres, dentre mamíferos e aves e eventualmente répteis e peixes, os animais nativos não foram efetivamente incorporados ao cardápio do colonizador ou ao cardápio europeu, exceto quanto aos crustáceos, como as lagostas ou lagostins, e os peixes.

Não havendo incorporado a maior parte dos animais da *terra brasilis* ao cardápio, a domesticação dos animais silvestres também não se efetivou. De fato, mesmo se considerando a América espanhola, juntamente com a América portuguesa, houve a incorporação, à dieta europeia, de alguns produtos da flora, como as frutas tropicais, alguns legumes e o milho, dentre os grãos, mas não dos mamíferos e nem das aves, como alimento.

Se os animais da fauna da América tropical não constituíram, exceto quanto aos animais aquáticos, parte importante da dieta do colonizador, por outro lado os

animais eram frequentemente apreendidos e enviados para a Europa, vivos ou empalhados. A curiosidade dos europeus com relação às formas de vida animal da colônia era grande, apesar de que os animais levados vivos para os países temperados pudessem rapidamente, na viagem ou mesmo depois de chegarem à Europa. Havia especial atrativo pelos micos e pelas aves de plumagem colorida, e além da beleza e da atração que exerciam estas espécies exóticas, havia um interesse no caráter ornamental da plumagem, incentivando a captura de psitacídeos e outros. O uso da plumagem das aves, porém, como elemento ornamental corporal, era parte da cultura do ameríndio e isso foi retratado em inúmeras descrições dos cronistas, particularmente ao se referirem à plumagem colorida das aves.

O interesse por animais venenosos ou que pudessem fornecer algum tipo de substância de importância farmacológica, na época, levou o colonizador a entender um pouco da farmacologia indígena, apropriando-se das mezinhas e outras práticas curativas locais, bem como das espécies animais (e também vegetais) das quais eram extraídas as substâncias utilizadas.

Portanto, a partir dos relatos feitos pelos colonizadores no século XVI, é possível entender que os europeus chegaram a consumir uma enorme quantidade de espécies da fauna e da flora brasileiras, mesmo não havendo domesticado animais nativos com finalidade alimentar. Esse pensamento definiu a forma de apropriação da maior parte dos recursos faunísticos (e florísticos) do Brasil, estabelecendo as utilidades principais de cada espécime, para medicina ou para alimentação e vestuário, e moldou a mentalidade dos colonizadores no modo como percebiam a natureza, desde então.

Por fim, no contexto de conquista e dominação das terras além-mar, e dos próprios ambientes, a maior parte das pessoas nos séculos XVI ao XVIII acreditava que tudo o que habitasse o planeta foi criado por Deus e, que tais criações, tinham como único propósito de existência servirem para instrução e uso do ser humano. Mas a apropriação dos animais como recurso só passou a ser absoluta a partir do momento que essa natureza passou a ser compreendida pelos cientistas, revelando as possibilidades do mundo natural para o ser humano.

## 6 BIBLIOGRAFIA

### 6.1 FONTES DOCUMENTAIS

ANTONIL, André. **Cultura e opulência do Brasil: por suas drogas e minas**. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1976. 239 p.

CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. **Comentários**. Curitiba: Farol do Saber, 1995.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de Pero Vaz de Caminha: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear**. São Paulo: Humanitas, 1999. 89p.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil (1580)**. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

CASAL, Manuel Aires de. **Corografia brazilica, ou Relação historico- geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por hum Presbitero Secular do Gram Priorado do Crato**. Tomo I. Riode Janeiro: Impressão Régia, 1817a.

\_\_\_\_\_. **Corografia brazilica, ou Relação historico-geografica do Reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade Fidelissima por hum Presbitero Secu- lar do Gram Priorado do Crato**. Tomo II. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817b.

DARWIN, Charles. **Viagem de um naturalista ao redor do mundo**. – Porto Alegre: L&PM, 2013.

GANDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província Santa Cruz (1576)**. Rio de Janeiro: Ed. Obelisco, 1963.

FERREIRA, Alexandre R. **Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá**. Rio de Janeiro: CNPQ; Belém: Museu Emílio

Goeldi, 1983.

LÉRY, Jean de. **Viagem à Terra do Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1941. 280 p.

MARCGRAVE, George. **História Natural do Brasil Ilustrada em 1648**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1948.

NIEUHOF, Joan. **Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1942. 389 p.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1976. 229 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 18).

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado Descritivo do Brasil (1587)**. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971. (Coleção Brasileira, v. 117).

STADEN, Hans. **Duas Viagens ao Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974. 216 p. (Coleção Reconquista do Brasil, 17).

TAUNAY, Afonso; MATOS, Odilon. **Zoologia Fantástica do Brasil: séculos XVI e XVII**. São Paulo: EDUSP, 1999. 108 p.

THEVET, André. **A cosmografia universal (1575)**. Curitiba: Editora Batel, 2009.

## 6.2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, Aziz. **Os Domínios de natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 7ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012. 160 p.

\_\_\_\_\_. **Litoral do Brasil:** Brazilian Coast. 1 ed. Rio de Janeiro: Metalivros, 2001. 281 p.

ARISTÓTELES. **De anima.** Tradução Marília Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

ABREU, M. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. et al (orgs). **Explorações geográficas:** percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história.** 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013. 289 p.

BENNETT, Charles F. **Human Influences on the Zoogeography of Panama.** Berkeley: University of California Press, 1968.

BEZERRA, Alcides. **A Geografia do Brasil de 1500 aos nossos dias.** In: Boletim do Centro de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n 198, ano 26, maio-junho/1967.

BLUND, W. **El Naturalista. Vida, Obra y Viajes de Carl von Linné (1707-1778).** Barcelona: Ediciones del Serbal, 1982.

BOXER, Charles. **O império marítimo português: 1415-1825.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CABRAL, Diogo de Carvalho. **Na Presença da Floresta:** Mata Atlântica e história colonial. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. 536p.

CARVALHO, Ilton. **Dos mitos acerca do determinismo climático/ambiental na história do pensamento geográfico e dos equívocos de sua crítica:** reflexões

metodológicas, teórico-epistemológicas, semântico-conceituais e filosóficas como prolegômenos ao estudo da relação sociedade-natureza pelo prisma da idéia das influências ambientais. São Paulo, 2011. 677 páginas. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASCUDO, Luiz da Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Global, 2004.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**: um balanço. Geografia (Londrina), Londrina, v. 20, n. 3, p. 005 - 024, set/dez. 2011.

CROSBY, Alfred. **Imperialismo Ecológico**: a expansão biológica da Europa de 900 – 1900. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319 p.

CUNHA, Mafalda S. **A Europa que Atravessa o Atlântico (1500 – 1625)**. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA. O Brasil Colonial: 1443 - 1580. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DAHER, Andrea. **Narrativas quinhentistas sobre o Brasil e os brasis**. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA. O Brasil Colonial: 1443 - 1580. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 484 p.

\_\_\_\_\_. **A botânica e a política imperial**: a introdução e a domesticação das plantas no Brasil. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.216-228, 1991.

DEBUS, ALLEN G. **Homem e a Natureza no Renascimento**. Tradução Fernando Magalhães. Porto: Porto Editora, 2002.

DIAMOND, Jared. **Armas, Germes e Aço**: os destinos das sociedades humanas. 1ª

edição. Rio de Janeiro: Record, 2001.472 p.

\_\_\_\_\_. **Colapso**: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5ª edição. Rio de Janeiro - São Paulo: Editora Record, 2007. 637 p.

DOMINGUES, Heloisa Maria B. O Homem, as Ciências Naturais e o Brasil no Século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, no 1, p. 167-178, jan/jun 2009.

DRUMMOND, J. A. **A história ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, v.4, n.8, p.177-97, 1991.

EDLER, Flavio Coelho. **Boticas & farmacias : uma história ilustrada da farmácia no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

FERRÃO, José Mendes. **A Aventura das Plantas e os Descobrimentos Portugueses**. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses e Fundação Bernardo, 1992.

FILGUEIRAS, Tarciso S; PEIXOTO, Ariane Luna. **Flora e vegetação do Brasil na Carta de Caminha**. Acta Botanica Brasilica, São Paulo, nº 03, vol.16, p. 263-272, julho/setembro 2002.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. 9ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FRAGOSO, João (org.). **O Brasil Colonial**: Volume 1 (1443 – 1580). 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. (Coleção O Brasil Colonial – v.1).

FRAGOSO, João; GOUVÊA, M. (org.). **O Brasil Colonial**: Volume 2 (1580 – 1720). 1ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. (Coleção O Brasil Colonial – v.2).

FREYRE, Gilberto. **Pessoas, Coisas e Animais**. Edição especial. São Paulo: MPM, [19--]. 244 p.

\_\_\_\_\_. **Casa grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.

GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do Maravilhoso**: O Novo Mundo. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 264 p.

GLACKEN, Clarence J. **Traces on the Rhodian Shore**: nature and culture in western thought from ancient times to the end of the eighteenth century. 1ª edição. Berkeley and Los Angeles: University California Press, 1967. 767 p.

GROVE, R. **Green imperialism**: colonial expansion, tropical Island Edens and the origins of environmentalism. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

GUERREIRO, Inácio. **Fronteiras do Brasil Colonial**: A cartografia dos limites na segunda metade do século XVIII. In: Revista Oceanos, A formação territorial do Brasil, nº 40, outubro/dezembro, 1999.

HARRIS, David (2001). **The beginnings of agricultural and sedentary settlement in western Central Asia, investigated by excavation and archaeological-ecological survey in the Kara Kum Desert of southern Turkmenistan**. Staff Profiles. Institute of Archaeology, University College London, 8 August 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Visão do Paraíso**: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2000. 452p.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLZER, W. **Nossos Clássicos**: Carl Sauer (1889-1975). GEOgraphia. Ano II, nº4, 2000. p.135-136.

KURY, Lorelai (org.). **Representações da Fauna no Brasil: séculos XVI - XX**. 1 ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014..

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido** (Mitológicas v.1). São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

\_\_\_\_\_. **O pensamento selvagem**. Campinas: Papirus, 2008.

MARIANTE, A. S., FERNANDEZ-BACA, S. **Animal genetic resources and sustainable development in the Americas**. In: World Congresso on Applied to Livestock Production, 6. Australia, v.28, 1998, p.27-34.

MARIANTE, A. S.; NEUSA, C. **Os animais do descobrimento: raças domésticas da história do Brasil**. 2 ed. Brasília: 2006. 274 p.

MATHEWSON, Kent; SEEMANN, Jörn. **A geografia histórico-cultural da Escola de Berkeley: um precursor ao surgimento da História Ambiental**. *Varia hist.* [online]. 2008, vol.24, n.39, pp. 71-85. ISSN 1982-4343.

MILLER, Shawn William. **An Environmental history of Latin America**. 1ª Edição. New York: Cambridge University Press, 2007. 258p.

MONTANARI, Massimo; FLANDRIN, Jean-Louis. **História da Alimentação**. 8 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2015.

MONTEIRO, S. et al. **Floresta Atlântica**. 1 ed. Rio de Janeiro: Livroarte Editora, 1991-92. 188 p.

MOORE, J. **Capitalism as world-ecology: Braudel and Marx on environmental history**. *Organization and Environment*, v.16, n.4, p.431-58, Dec. 2003.

MORAN, Emilio F. **Adaptabilidade Humana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MORCELLI, Julianna. **Os Doces Frutos da Colônia**: Flora, Conservas e Compotas na América Portuguesa Quinhentista. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786 – 1888). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **As bases teóricas da História Ambiental**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 81 – 101, 2010.

PAPAVERO, Nelson. e TEIXEIRA, Dante. M. **Os viajantes e a biogeografia**. História, Ciências, Saúde Manguinhos, vol. VIII (suplemento), 1015-37, 2001.

\_\_\_\_\_. **Os primeiros documentos sobre a História Natural do Brasil (1500 – 1511)**: Viagens de Pinzón, Cabral, Vespucci, Albuquerque, do Capitão de Gonville e da Nau Bretoa. 2ª Edição. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. 214 p.

PAPAVERO, Nelson. **O Novo Éden**: A fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000a.

\_\_\_\_\_. **Os 500 Anos da Zoologia no Brasil**. Ciência Hoje, [s.l], v. 28, n. 167, p. 30-35, 2000b.

PAPAVERO, Nelson. PUJOL-LUZ, José Roberto. **Introdução histórica à biologia comparada**, com especial referencia à biogeografia. Volume IV: De Descartes a Leibniz (1628-1716). Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1997.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império**: *Relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Gutierre. Bauru: EDUSC, 1999.

PRIORE, M. D. **História da gente brasileira**. 1 ed. São Paulo: Laya Editora. 2016. 432 p.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: Monarcas, Vassalos e Governo à Distância**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008.

SANTOS, L. L. dos. **O Direito Político de Comer**. 2008. Disponível em: <http://odireitopoliticodecomer.blogspot.com.br/2008/09/camara-cascudo-disse-em-seustradicional.html>. Acesso em 10/12/2015.

SAUER, Carl O. **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 1998, p.12-74.

\_\_\_\_\_. **Agricultural origins and dispersals**. 2<sup>a</sup>.ed. Cambridge: M.I.T. Press, 1969.

SILVA FILHO, Wellington B. **As Pragas do Paraíso: descrições dos insetos e animais considerados inferiores na América portuguesa do Século XVI**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

TEIXEIRA, Dante Martins. **Todas as criaturas do mundo: a arte dos mapas como elemento de orientação geográfica**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, vol.17 no.1, Jan./Jun 2009.

THOMAS, Keith. **O homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMAS, William L. (org.) **Man's Role in Changing the Face of the Earth**. University of Chicago Press, 1956.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980. 289 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de

Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

BENNET, Charles. Influencias humanas en la zoogeografía de Panamá. Panamá : Editorial Universitaria, 1976. [1. ed. en español].

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Biblioteca Digital: Cartografia Histórica. Disponível em: <[http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com\\_jumi&fileid=13&Itemid=98&idAutor=391&lang=br](http://www.cartografiahistorica.usp.br/index.php?option=com_jumi&fileid=13&Itemid=98&idAutor=391&lang=br)>. Acesso em: 05 de dezembro de 2015.

URBANIK, Julie. **Placing Animals**: an introduction to the geography of human-animal relations. 1<sup>st</sup> edition. USA: Rowman& Littlefield Publishers, 2012. 193p.

VAINFAS, Ronaldo. **Tempo dos flamengos: a experiência colonial holandesa**. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA. O Brasil Colonial: 1580 - 1720. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

VELDEN, Felipe V. **Os animais domésticos europeus na América Portuguesa**: séculos XVI – XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). Representações da Fauna no Brasil: séculos XVI - XX. 1<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2014.

WILSON, D. M; REEDER. **Mammal Species of the World**. Johns Hopkins University Press, Baltimore 2005.

WORSTER, Donald. **History as Natural History**: An Essay on Theory and Method. The Pacific Historical Review, v.53, n.1, 1984.